



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

TERMO DE REFERÊNCIA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de criação, manutenção e revitalização de áreas ajardinadas, canteiros, vasos ornamentais e demais espaços verdes de imóveis e unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com fornecimento integrado de insumos agrícolas, materiais, ferramentas, uniformes e EPIs, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Posto de trabalho	Quantidade
Jardineiro	01

1.2 O (s) serviço (s) objeto desta contratação são caracterizados como comum (ns), visto que os padrões de desempenho e qualidade para a sua execução podem ser descritos neste Termo de referência através de especificações usuais no mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 03 anos contados da publicação do contrato no Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que a execução deve ser permanente para garantir a continuidade das atividades do Tribunal e atender de forma ininterrupta às necessidades do órgão. A prestação contínua desses serviços é vital para assegurar a integridade do patrimônio público e o funcionamento adequado das atividades finalísticas e administrativas do Tribunal, pois sua interrupção comprometeria a missão institucional. Esses serviços envolvem a contratação de mão de obra e fornecimento de insumos, observando as boas práticas técnicas e a legislação aplicável. A contratação deve abranger mais de um exercício financeiro, pois garante a continuidade dos serviços essenciais sem a necessidade de novas licitações anuais, proporcionando estabilidade e planejamento a longo prazo, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada, especialmente, nos seguintes itens do Estudo Técnico Preliminar nº 2/2026:

- item 2 - Descrição da necessidade



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

- item 6 – Descrição da solução como um todo;
- item 7 – Estimativa das Quantidades a serem Contratadas;
- item 9 – Justificativa para o parcelamento ou não da solução.

2.2. A proposta de contratação está alinhada ao Plano Estratégico do TRT-19 –PEI 19 2021-2026, no âmbito da perspectiva “Sociedade”, no objetivo estratégico “promover o trabalho decente e a sustentabilidade”, com impacto no objetivo estratégico “Promoção de ambientes de trabalho seguros e protegidos por meio de uma gestão eficiente e eficaz dos recursos sociais, ambientais e econômicos”, estando prevista no PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES – PAC/UNIDADE DEMANDANTE, sob o código 7308.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se descrita no item 06 do Estudo Técnico Preliminar nº 02/2026, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei nº 14.133/21) Sustentabilidade

4.1. A contratada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução do serviço, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 5º e art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG, bem como da Resolução CSJT nº 310/2021:

4.1.1. Ter Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

4.1.2. Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo; e não ter sido condenada, a empresa ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo;

4.1.3. Promover capacitação anual de todos os trabalhadores em saúde e segurança no trabalho, a ser realizado dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme a Resolução CSJT nº 98/2012; e a realização de cursos sobre políticas de responsabilidade socioambiental do órgão contratante, nos 3 (três) primeiros meses do contrato, conforme o Guia de Contratações Sustentáveis e Resolução CSJT nº 310/2021, a cerca de:

- a) Normas de segurança do trabalho, incluindo orientações sobre prevenção, consequências e comunicação de acidentes de Trabalho;
- b) Redução no consumo de energia, água e demais recursos naturais;
- c) Gestão dos resíduos sólidos no ambiente onde se prestar o serviço;
- d) Demais assuntos pertinentes, a serem definidos pela contratante.

4.1.4. Os cursos obrigatórios são de responsabilidade da contratada e a qualificação de todos os profissionais será verificada quando do início da efetiva prestação dos serviços e durante a vigência do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

4.1.5. Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de água, energia e materiais fornecidos pelo contratante;

4.1.6. O encarregado da contratada deve atuar como facilitador das mudanças de comportamento dos empregados que atuam nas dependências da contratante, com relação ao uso consciente de água, energia, materiais e equipamentos;

4.1.7. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro de pessoas envolvidas com o manuseio de ferramentas, instrumentos, equipamentos e inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho;

4.1.8. Colaborar de forma efetiva no desenvolvimento das atividades do programa interno de separação de resíduos sólidos, em recipientes para coleta seletiva nas cores internacionalmente identificadas, disponibilizados pela contratante;

4.1.9. Cumprir as cotas raciais, de gênero e de pessoas com deficiência, na forma da norma vigente. Quanto à cota de pessoas com deficiência, deve ser observada, pela empresa contratada, a obrigatoriedade do quantitativo mínimo previsto em seus quadros, de acordo com o art. 93 da Lei Federal nº. 8.213/1991, que estabelece que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência; ressaltando-se, ainda, a necessidade de inclusão no mercado de trabalho também das pessoas com Síndrome de Down, nas atividades que lhes forem compatíveis, em cumprimento ao ofício circular CSJT.SG n.º 21/2022.

4.1.10. A empresa contratada deverá observar os termos da Resolução nº 540, de 18 de dezembro de 2023, do Conselho Nacional de Justiça, assegurando que todas as atividades desempenhadas sob este contrato observem a paridade de gênero e a representatividade interseccional de raça e etnia, garantindo a participação equânime de homens e mulheres, com, pelo menos, 50% de ocupação feminina onde aplicável, bem como a inclusão de minorias conforme critérios estabelecidos pelo Departamento de Conselhos da Justiça e demais normativas pertinentes.

4.1.11. A execução dos serviços contratados deve utilizar produtos e processos com menor impacto ambiental evitando produtos alergênicos e irritantes para o consumidor, através da:

4.1.11.1 utilização de produtos naturais;

4.1.11.2. utilização de equipamentos que causem menor incômodo e sejam mais eficientes, entre outros;

4.1.11.3 além da adoção de boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição.

Indicação de marcas ou modelos

4.1.12. Na presente contratação o fornecedor deverá informar marca/modelo de cada material e/ou equipamento a ser fornecido de modo a facilitar a verificação e aceitação dos itens.

4.1.13. Esse procedimento se justifica, para evitar queda na qualidade do material durante a execução contratual, podendo a Contratada por outra marca em sua proposta desde que mantidos os referenciais de qualidade.

4.1.14. Adicionalmente, qualquer alteração de marca/modelo deverá ser requerida formalmente, com a devida justificativa e apresentada ao fiscal técnico para análise.



4.1.15. A alteração somente será válida após a aprovação do pleito. A Administração poderá, após análise, rejeitar parte ou todo o material que estiver fora das especificações ou mesmo apresentarem baixa qualidade.

4.2. Requisitos de segurança

4.2.1. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas de segurança do trabalho, incluindo:

- a) fornecimento e uso obrigatório de EPIs adequados às atividades de manutenção de áreas verdes;
- b) adoção de práticas seguras no uso de ferramentas, máquinas e equipamentos;
- c) prevenção de riscos ergonômicos, de cortes, quedas e de exposição a agentes biológicos.

4.3. Requisitos de produtos e insumos

4.3.1. Os produtos, materiais e insumos utilizados na execução dos serviços deverão atender aos seguintes critérios:

- a) adequação técnica e qualidade compatível com as necessidades das espécies vegetais;
- b) substituição, em até 48 (quarenta e oito) horas, de itens com desempenho ou qualidade insatisfatórios, sem ônus adicional para o contratante;
- c) vedação ao repasse de custos de materiais ou uniformes aos trabalhadores da contratada;
- d) conformidade com normas sanitárias e ambientais aplicáveis;
- e) apresentação de comprovações de adequação às normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR 15.448);
- f) utilização de produtos registrados nos órgãos competentes, quando aplicável.

4.4. Requisitos de execução

4.4.1. A contratada deverá assegurar:

- a) execução das atividades conforme periodicidade e procedimentos definidos no Termo de Referência;
- b) organização das rotinas de trabalho sem prejuízo ao funcionamento das unidades;
- c) continuidade dos serviços, considerando seu caráter continuado e essencial para a preservação das condições adequadas dos ambientes internos e externos do Tribunal.

4.5. Requisitos de equipamentos e manutenção

4.5.1. A contratada deverá disponibilizar ferramentas e utensílios de jardinagem adequados à execução dos serviços.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

4.5.2. As ferramentas e utensílios de jardinagem deverão ser substituídos ou reparados sempre que seu estado comprometer a qualidade ou a segurança da execução, ou quando seu desempenho ou qualidade forem insatisfatórios, sem ônus adicional para o contratante.

4.6. Requisitos relativos aos deslocamentos para as unidades do interior

4.6.1. Em razão da dispersão das unidades do TRT da 19ª Região no Estado de Alagoas, o profissional deverá realizar deslocamentos periódicos para as Varas do Trabalho situadas no interior, em transporte fornecido pela Administração, nas seguintes localidades, áreas e frequências:

- Atalaia – 379,27 m² – 01 deslocamento/mês;
- Arapiraca (1ª Vara) – 524,64 m² – 01 deslocamento/mês;
- Arapiraca (2ª Vara) – 165,60 m² – 01 deslocamento/mês;
- Nova Vara de Arapiraca – 1.311,48 m² – 01 deslocamento/mês;
- Palmeira dos Índios – 30,40 m² – 01 deslocamento/mês;
- Penedo – 215,34 m² – 01 deslocamento/mês;
- Porto Calvo – 330,24 m² – 01 deslocamento/mês;
- São Luiz do Quitunde – 110,44 m² – 01 deslocamento/mês;
- São Miguel dos Campos – 408,52 m² – 01 deslocamento/mês;
- União dos Palmares – 332,48 m² – 01 deslocamento/mês.

4.6.2. Área total atendida no interior: 3.808,41 m², correspondendo a 10 deslocamentos mensais.

4.6.3. Na capital (Maceió), a área de jardins corresponde a 339,27 m², com manutenção contínua.

4.6.4. Área total geral: 4.147,68 m².

Subcontratação

4.7. Não é admitida a subcontratação dos serviços objeto deste termo de referência.

Garantia da Contratação

4.8. Será exigida a prestação de garantia pela contratada e sua respectiva comprovação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei Federal nº. 14.133/21, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

4.8.1. O contratado poderá optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme previsto no § 1º do artigo 96 da Lei nº 14.133/2021:

I – caução em dinheiro ou títulos da dívida pública emitidos sob forma escritural, registrados em sistema centralizado autorizado pelo Banco Central do Brasil;

II – seguro-garantia;

III – fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil;

IV – título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4.8.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.8.3. A garantia, nas modalidades caução em dinheiro, títulos da dívida pública, fiança bancária e título de capitalização, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.8.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.9. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, a empresa licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhada por servidor designado para esse fim, em dia e horário de funcionamento do Tribunal, previamente agendado mediante contato com servidor da Divisão de Material e Logística, através do e-mail cml@trt19.jus.br.

4.9.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.9.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.9.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.9.3.1. Após a realização da vistoria o licitante irá receber um Termo de Vistoria que deverá ser apresentado junto com a documentação de habilitação.

4.9.4. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, conforme modelo constante do Anexo XXI deste instrumento.

4.9.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

5.1.1. A efetivação do início da prestação dos serviços contratados deverá ocorrer a partir do primeiro dia de vigência do contrato, em data imediatamente posterior à expiração da vigência do Contrato TRT19/SJA n. 17/2021 (PROAD 2809/2020), cujo objeto é o fornecimento de mão de obra para manutenção de jardins e assemelhados dos imóveis do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, localizados na capital e no interior, o qual possui o encerramento da prestação de serviços previsto para o dia 22 de setembro de 2026.

5.1.2. A contratação compreende 01 (um) posto de trabalho fixo de jardineiro - CBO 6220-10, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para prestação dos serviços de criação, manutenção e revitalização de áreas ajardinadas, canteiros, vasos ornamentais e demais espaços verdes de imóveis e unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, com fornecimento pela contratada de todos os insumos, ferramentas, uniformes e EPIs necessários.

5.1.3. O quantitativo proposto encontra respaldo na experiência consolidada ao longo da execução do Contrato TRT19 /SJA nº 17/2021, que demonstrou ser a dotação necessária para assegurar a continuidade e a qualidade das atividades de jardinagem, permitindo o atendimento eficiente das edificações situadas tanto na capital quanto no interior, mediante deslocamentos programados e planejados. Ademais, o quantitativo mostra-se tecnicamente adequado frente à área total de 4.147,68 m² a ser atendida, garantindo cobertura suficiente para as demandas de manejo, conservação e suporte operacional exigidas pelo Tribunal.

5.1.4. A contratada deverá executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a disponibilização do posto de trabalho necessário ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

5.1.5. Para o funcionário que prestará o serviço deverá ser fornecido pela contratada uniformes e EPIs. Haverá ainda o fornecimento de ferramentas e insumos, conforme detalhado nos itens 5.4.2 e 5.4.5 e nos Anexos VII a IX, deste Termo de Referência.

5.1.6. Os custos com uniformes, ferramentas, EPIs e insumos serão suportados pela empresa contratada, devendo tais valores compor a planilha de custos e formação de preços.

5.1.7. Nos deslocamentos para as unidades do interior do estado deverão ser adotados os parâmetros contidos na Convenção Coletiva de Trabalho, vigente à época, que abrange as categorias dos trabalhadores das empresas de asseio, conservação, prestação e terceirização de serviços de colocação e administração de mão de obra e temporários, trabalhadores das empresas de administração de condomínios, trabalhadores das empresas de prestação de serviços de paisagismo, ajardinamento, gramíneas cultura e planta, trabalhadores das empresas de coleta de lixo e limpeza urbana, trabalhadores das empresas de reciclagem de resíduos e materiais em geral e trabalhadores das empresas de limpeza de veículos, com abrangência territorial em AL.

5.1.8. O controle da realização do serviço será de inteira responsabilidade da contratada, cabendo exclusivamente a esta a substituição de seus empregados nas ocorrências de férias, falta ou de interrupção no cumprimento dos serviços, a fim de evitar a descontinuidade na prestação dos serviços, devendo comunicar à Fiscalização do Contrato a ocorrência e apresentar providências implementadas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

5.1.9. Nos casos de ausência do profissional da contratada, será obrigatória a substituição imediata do faltoso no prazo de 02 (duas) horas e, caso não se proceda dessa forma, a administração poderá exigir a compensação do serviço não realizado ou efetivar a glosa do valor correspondente aos dias de serviços não prestados.

5.1.10. A glosa será calculada utilizando como referência o valor de um dia de trabalho numa jornada de 8 horas diárias.

5.1.11. Caso o funcionário tenha se ausentado por um período inferior à jornada completa de 8 horas, a glosa será proporcional ao período não trabalhado.

5.1.12. Durante o período de recesso forense, compreendido entre 20 de dezembro e 06 de janeiro, o terceirizado manterá seu horário de trabalho habitual.

5.1.13. Os colaboradores têm assegurados os feriados nacionais, estaduais e municipais. No caso dos feriados específicos do Poder Judiciário, esses serão contabilizados no banco de horas, exceto quando houver a necessidade de realização de atividades no Regional. Nessas situações, as horas trabalhadas durante os feriados judiciários serão tratadas como horas normais de trabalho, sem acréscimos ou adicionais.

5.1.14. A empresa não poderá descontar as horas não utilizadas do banco quando da rescisão do empregado.

5.1.15. Será igualmente exigida, a substituição dos funcionários durante períodos de ausência legal, como férias, licenças maternidade/paternidade e outras licenças previstas por lei. Para tais situações, um profissional substituto deverá ser alocado para garantir a continuidade do serviço. Em casos de ausências sem que haja a devida substituição, o valor correspondente será glosado do pagamento mensal.

5.1.16. A contratada deverá substituir, em 24 (vinte e quatro) horas, sempre que solicitado pelo fiscal do contrato, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina do contratante ou ao interesse público.

5.1.17. No contrato atualmente em vigor, não é paga insalubridade para o jardineiro, pois não há previsão dessa rubrica na Convenção Coletiva da categoria e, por isso, tal rubrica não é prevista na planilha de custos e formação de preços. A eventual concessão de adicional de insalubridade aos empregados vinculados ao posto de jardineiro, ficará condicionada à comprovação técnica, mediante laudo pericial emitido por profissional legalmente habilitado, observadas as disposições da Norma Regulamentadora NR -15 do Ministério do Trabalho e Emprego e demais normas aplicáveis, que comprove as condições insalubres, com o respectivo grau (10%, 20% ou 40%), para fins de pagamento de insalubridade ao funcionário. Se o laudo indicar a existência de insalubridade, o contrato será objeto de reequilíbrio econômico-financeiro. Eventuais despesas relacionadas à elaboração do laudo correrão por conta do contratado.

5.1.18. Deverão ser observadas as normas de proteção de fadiga dos empregados, especialmente aquelas consubstanciadas na Norma Regulamentadora - NR 17 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como as Convenções nº. 127 da Organização Internacional do Trabalho;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

5.1.20. Os funcionários deverão ser submetidos a exames preventivos periódicos de sanidade física e mental, consideradas as características do trabalho, conforme NR 7 do MTE, em consonância com o disposto na Convenção Coletiva vigente da categoria.

5.1.21. A contratada deverá realizar, as suas expensas, sempre que necessário e em função de atualizações tecnológicas e/ou alterações de processos de trabalho, o treinamento e/ou reciclagem dos empregados diretamente vinculados à execução do contrato, visando manter o nível dos serviços contratados.

5.1.22. É de responsabilidade da contratada registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade do empregado.

5.1.23. A contratada deverá adotar um controle de ponto que permita a aferição do cumprimento da jornada laborativa do funcionário.

5.1.24. A contratada arcará com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros.

5.1.25. A contratada comunicará ao Contratante, por escrito, toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços, bem como quaisquer condições inadequadas para o fornecimento do serviço ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do contrato.

5.1.26. A contratada deverá instalar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a formalização do contrato, escritório na cidade de Maceió, devidamente estruturado, para atender às demandas do contratante, de maneira a cumprir as obrigações constantes neste Termo de Referência, obrigando-se, ainda, a manter as referidas instalações durante todo período de vigência contratual.

5.1.27. Deverá a contratada informar número de telefone fixo, móvel e e-mail, da matriz, filial, escritório em Maceió, bem como o telefone celular com aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp, Telegram, etc), devendo atualizar todos os dados sempre que houver alteração.

5.1.28. O escopo abrange, entre outras atividades: manutenção periódica de plantas internas e externas, podas, adubação, correção de solo e irrigação, controle fitossanitário e substituição de espécies. Ressalte-se que as atividades mencionadas têm caráter exemplificativo, não se restringindo outras que se revelem pertinentes à adequada manutenção dos espaços vegetados.

5.2. Local e horário da prestação dos serviços

5.2.1. Os serviços serão realizados nas unidades pertencentes ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, localizadas na capital e no interior do Estado, conforme os endereços constantes do Anexo XXII deste Termo de Referência e detalhado no item 5.2.8.

5.2.2 A jornada de trabalho para o posto de Jardineiro será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e os serviços serão realizados de segunda a quinta-feira, de 7:00h às 17:00h e de 07:00 às 16:00, às sextas-feiras, com intervalo de 1 (uma) hora para descanso e alimentação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

5.2.3. Poderá ser estipulado horário e local diferenciados para a prestação dos serviços em função da necessidade do serviço ou do funcionamento do contratante, respeitando-se o limite de 44 horas semanais da jornada dos trabalhadores.

5.2.4. Os horários descritos são compatíveis com o horário de funcionamento do Regional e com os deslocamentos para realização de serviços nas unidades do interior do Estado. O horário padrão estabelecido pode ser alterado em função da conveniência administrativa do TRT 19ª Região, desde que seja cumprida a jornada semanal estabelecida e que o início não seja antes das 05h00 (cinco horas) e não ultrapasse as 22h00 (vinte e duas horas).

5.2.5. Como regra não deverão ocorrer serviços extraordinários fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados, exceto em casos excepcionais, devidamente justificados. Nesses casos, os serviços serão executados, após autorização da Administração, mediante compensação de horas de serviços eventualmente não prestados em razão de feriados forenses e recessos judiciais, observados os limites da legislação trabalhista.

5.2.6. A Contratada não poderá exigir o pagamento de diferenças pelos serviços prestados na forma do item acima.

5.2.7. Caberá a contratada controlar as compensações através de banco de horas em observância às regras contida na CCT – Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional dos empregados alocados para a prestação dos serviços;

5.2.8. O serviço será realizado no complexo de edificações do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, que compreende uma área total de jardins e áreas assemelhadas de 4.147,68 m², distribuída entre a capital e as unidades localizadas no interior do Estado de Alagoas, conforme detalhado a seguir:

DISTRIBUIÇÃO DAS ÁREAS VERDES:		
Unidade	Área (m²)	Localização
CAPITAL - MACEIÓ	339,27	Centro, Maceió-AL
INTERIOR	3.808,41	Diversos municípios
TOTAL GERAL	4.147,68	Todo o Estado de Alagoas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Detalhamento das Unidades do Interior:		
Vara do Trabalho	Área (m²)	Localização
1ª Vara de Arapiraca	524,64	Av. Deputada Ceci Cunha, 1068 - Itapoa - CEP 57.314-105 - Arapiraca - Al
2ª Vara de Arapiraca	165,60	R. João Nunes Barbosa, 160 - Itapoa - CEP 57314-110 - Arapiraca - Al
Nova Vara de Arapiraca	1.311,48	Rua Samaritana, nº 847, Santa Edwiges, Arapiraca/AL, CEP 57310-245
Vara de Atalaia	379,27	Avenida Pedro Marcelino Barros, S/N - AL 410 - Bairro José Paulino - CEP - 57690-000 - Atalaia-Al
Vara de Palmeira dos Índios	30,40	R. Deputado J. Duarte, S/N, Juca Sampaio, CEP: 57600-000 - Palmeira dos Índios - Al
Vara de Penedo	215,34	Av. Getúlio Vargas, 541- CEP: 57200-000 - Penedo – Al
Vara de Porto Calvo	330,24	Rod. AL 105 , s/n Km 100, Fazenda Breguede, Porto Calvo-AL, CEP: 57.900-000
Vara de São Luiz do Quitunde	110,44	Rodovia AL 413 S/N Pindoba CEP: 570920-000 - São Luiz do Quitunde
Varas de São Miguel dos Campos (1ª e 2ª)	408,52	Avenida Pedro Fernandes da Costa, s/n - Centro - São Miguel dos Campos - AL - CEP: 57240-000.
Vara de União dos Palmares	332,48	Rua José Terto Jacinto, 119 - COHAB Velha - CEP: 57800-000 - União do Palmares/AL
Subtotal Interior	3.808,41	

5.2.8.1. A estrutura física apresentada demanda uma logística que garanta a sobrevivência das espécies vegetais e a salubridade das áreas externas em todas as jurisdições atendidas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

por este Regional, com necessidade de aproximadamente 120 deslocamentos anuais às unidades do interior para que estas não sofram degradação biológica ou comprometimento estético e sanitário.

5.2.9 Deslocamentos para Unidades do Interior

Em razão da dispersão das unidades do TRT 19 por todo o Estado de Alagoas, o profissional deverá realizar deslocamentos periódicos para as Varas do Trabalho situadas no interior em transporte fornecido pela Administração, nas seguintes localidades:

Localidade	Área de Jardins (m²)	Frequência Estimada
Atalaia	379,27	01 deslocamento/mês
Arapiraca (1ª Vara)	524,64	01 deslocamento/mês
Arapiraca (2ª Vara)	165,60	01 deslocamento/mês
Nova Vara de Arapiraca	1.311,48	01 deslocamentos/mês
Palmeira dos Índios	30,40	01 deslocamento/mês
Penedo	215,34	01 deslocamento/mês
Porto Calvo	330,24	01 deslocamento/mês
São Luiz do Quitunde	110,44	01 deslocamento/mês
São Miguel dos Campos	408,52	01 deslocamento/mês
Santana do Ipanema	-	-
União dos Palmares	332,48	01 deslocamento/mês
TOTAL INTERIOR	3.808,41 m²	10 deslocamentos/mês
Capital (Maceió)	339,27 m²	Manutenção contínua
ÁREA TOTAL GERAL	4.147,68 m²	

5.2.9.1 Disposições sobre Deslocamentos:

Quantidade estimada anual: 120 (cento e vinte) deslocamentos;

Custo de alimentação: R\$ 70,00/deslocamento (custo variável), conforme CCT 2026/2026;

Compensação de horas: via banco de horas, conforme CCT aplicável.

5.2.9.2. Nos deslocamentos para o interior do Estado, estes ocorrerão em veículos da contratante.

5.2.9.3. Mensalmente o fiscal técnico do contrato elaborará o planejamento dos deslocamentos, que será comunicado previamente à contratada.

5.2.9.4. A despesa do deslocamento deve contemplar exclusivamente os custos de alimentação. Outras despesas eventuais já devem ser consideradas quando da elaboração da proposta, não podendo requerer qualquer tipo de reembolso ao Contratante.

5.2.9.5. Os valores das despesas com deslocamentos deverão ser pagos ao funcionário da empresa contratada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da data informada para a ocorrência do deslocamento.

5.2.9.6. Os custos referentes aos pagamentos das despesas com deslocamentos deverão constar como item específico da planilha de formação do Valor Global Estimado (Custo Variável com deslocamentos). Estes valores somente serão pagos se efetivamente utilizados.



5.2.9.7. Quando da ocorrência de deslocamentos durante a execução contratual, o pagamento será efetuado por meio da apresentação de nota fiscal específica, ou, desde que discriminado, na nota fiscal mensal referente ao preço global fixo do contrato.

5.2.9.8. A quantidade de deslocamentos é meramente estimativa, ou seja, poderá não ocorrer exatamente a quantidade prevista durante a execução contratual, somente sendo pagos os valores relativos aos deslocamentos efetivamente requisitados e realizados. Os deslocamentos poderão abranger mais de uma localidade.

5.2.9.9. Em relação aos deslocamentos às unidades do interior do Estado, registra-se que a Vara do Trabalho de Santana do Ipanema não possui áreas de jardins e assemelhados, apenas vasos de plantas internos, não sendo necessárias viagens mensais àquela localidade.

5.3. Do método, rotina, frequência e periodicidade dos serviços

5.3.1. Os serviços de jardinagem serão realizados observando-se técnicas agronômicas adequadas, utilização de equipamentos apropriados e normas de segurança do trabalho e ambientais vigentes.

5.3.2. A frequência dos serviços será ordinariamente semanal para manutenção geral (capina, roçagem, limpeza e irrigação), quinzenal ou mensal para podas e adubações, e sempre que necessário para controle de pragas, reposição de plantas e serviços emergenciais, conforme demanda e condições climáticas, mediante solicitação da fiscalização do contrato.

5.4. Fornecimento de uniformes, ferramentas, insumos e EPIs (equipamentos de proteção individual)

5.4.1. Considerações gerais e entrega inicial

5.4.1.1. A empresa contratada deverá fornecer, até 02 dias antes do início dos serviços, crachás, que deverão conter foto do funcionário, nome completo, nome da empresa contratada, nome do posto (Jardineiro) e, em destaque e de fácil leitura, nome abreviado pelo qual poderá ser identificado o funcionário; uniformes com a logomarca e/ou nome da empresa contratada; e equipamentos de segurança – EPIs aos funcionários que vão efetuar os serviços, além dos insumos e ferramentas.

5.4.1.2. Os uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), ferramentas e insumos fornecidos deverão atender às especificações constantes nos Anexos VI a IX.

5.4.1.3. Caso durante a execução contratual seja identificada a necessidade de acréscimo ou supressão de insumos, uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs) e ferramentas, deverá haver a formalização dos ajustes necessários por meio de termo aditivo ao contrato com os respectivos ajustes de custos.

5.4.2. Das ferramentas

5.4.2.1. A Contratada deverá fornecer as ferramentas listadas na planilha de formação de preços/Ferramentas (Anexos VII), em perfeito estado e adequadas às normas de segurança, em até 02 dias antes do início dos serviços, com atenção às especificações ali detalhadas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

5.4.2.2. A empresa tem responsabilidade integral sobre as ferramentas, cobrindo a substituição de itens danificados, sua proteção e o reparo necessário. Além disso, a responsabilidade da empresa inclui a prevenção contra perdas, mau uso e desgaste dos itens. Assim, a fiscalização do contrato por parte da Administração será desobrigada da gestão direta das ferramentas, concentrando-se na supervisão da execução dos serviços e na verificação da disponibilidade dos insumos.

5.4.2.3. Ao término do contrato, as ferramentas reverterão para a propriedade da contratada.

5.4.3. Dos uniformes:

5.4.3.1. Os uniformes a serem fornecidos pela contratada aos seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

5.4.3.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, preferencialmente 100% algodão, conforme discriminado neste Termo de Referência, e devem garantir o conforto, a durabilidade e uma boa vestimenta, devendo também se adequar às condições climáticas da região no decorrer do ano.

5.4.3.3. Além disso, a empresa deverá dar prioridade na compra de uniformes e vestuário produzidos a partir de tecidos compostos por fibras de materiais reciclados e/ou algodão orgânico. Essa preferência visa promover o uso de produtos que geram menor impacto ambiental, sendo menos poluentes e nocivos ao ecossistema.

5.4.3.4. As vestimentas devem ser confortáveis, não transparentes, sóbrias e não colantes ao corpo.

5.4.3.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

5.4.3.6. Nenhum item do uniforme poderá ter metal, ou seja, não pode apresentar qualquer massa metálica.

5.4.3.7. Os uniformes deverão ser submetidos à aprovação prévia do Gestor do contrato.

5.4.3.8. O fornecimento dos uniformes para os postos de Jardineiro deverá ser realizado semestralmente, de modo que, a cada seis meses, seja fornecida metade dos itens previstos na planilha de formação de preços/uniformes, anexa ao presente Termo de Referência (Anexo VI), garantindo que, ao final de um ano, o total indicado na planilha de formação de preços seja entregue. A exceção é o crachá, que deverá ser fornecido uma única vez por ano, sendo sua substituição realizada apenas em caso de defeito ou desgaste, sem custos adicionais para a contratante ou para os empregados.

5.4.3.9. Verificando que os uniformes não atendem às especificações do contrato, a fiscalização poderá, a qualquer época, solicitar a substituição, por meio de comunicação escrita, para que se cumpra no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

5.4.3.10. A contratada também deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes independentemente do prazo estabelecido no subitem anterior, sem qualquer custo adicional para a contratante ou mesmo para os empregados.

5.4.3.11. Há possibilidade de alterações de tecido, cor e modelo mediante aceite do contratante;

5.4.3.12. Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados aos seus empregados.

5.4.3.13. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, e devem ser substituídos sempre que estiverem apertados.

5.4.3.14. A empresa não poderá exigir do funcionário o uniforme usado, quando da entrega dos novos.

5.4.3.15. Para os empregados alocados em atividades exercidas a céu aberto, especialmente nos postos de jardineiro, a contratada deverá fornecer camisa de manga longa com proteção contra radiação solar ultravioleta (UV), confeccionada em tecido leve, respirável e adequado às condições climáticas locais, observando as diretrizes de proteção previstas na NR-21 (Trabalho a Céu Aberto) e demais normas aplicáveis de saúde e segurança do trabalho. A peça deverá proporcionar conforto térmico, liberdade de movimentos e proteção da pele durante a jornada laboral, sem qualquer ônus para os empregados.

5.4.4. Dos equipamentos de proteção individual (EPIs)

5.4.4.1. A contratada deverá fornecer os equipamentos de segurança individual exigidos pela legislação vigente, dentre elas a NR-6 e NR-21 e conforme especificações do Anexo VIII. Todos os equipamentos deverão estar sempre em perfeitas condições de uso e ser efetivos às finalidades às quais se destinam, devendo ser substituídos a qualquer momento, sempre que necessário, para manutenção das condições de uso e também da sua efetividade.

5.4.4.2. Em momento algum da execução contratual poderá faltar qualquer EPI exigido neste Termo de Referência.

5.4.4.3. É possível demandar novos EPIs quando a lei assim o exigir, por reposição usual ou em caso de quebra. O rol completo se encontra no Anexo VIII, deste Termo de Referência e sua aquisição será mediante solicitação formal do fiscal.

5.4.4.4. A contratada deve entregar os itens solicitados em até 5 (cinco) dias úteis do recebimento da solicitação.

5.4.4.5. É de responsabilidade da contratada, além do fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) em bom estado de utilização aos seus funcionários, a fiscalização do seu uso a fim de prezar pela saúde e segurança durante a execução da prestação dos serviços.

5.4.4.6. Caberá à contratada orientar e oferecer treinamento aos seus empregados quanto ao uso correto dos equipamentos de proteção individual, bem como tornar seu uso obrigatório.



5.4.4.7. Para os empregados que desempenharem atividades a céu aberto, especialmente nos postos de jardineiro, a contratada deverá fornecer protetor solar com Fator de Proteção Solar (FPS) mínimo 50, resistente à água e adequado ao uso ocupacional diário, sem qualquer ônus aos empregados, observadas as disposições da NR-21 (Trabalho a Céu Aberto) e demais normas de saúde e segurança do trabalho aplicáveis.

5.4.5. Insumos

5.4.5.1. A contratada deverá fornecer, até dois dias úteis antes do início da execução contratual, todos os insumos necessários à prestação dos serviços de jardinagem, conforme as quantidades e descrições constantes no Anexo IX deste Termo de Referência. Após essa entrega inicial, os insumos deverão ser repostos mensalmente, com entrega realizada até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

5.4.5.2. O Fornecimento dos insumos se dará conforme necessidade de manutenção periódica, incluindo: grama esmeralda (para reposição); húmus de minhoca; terra preta; fertilizantes e corretivos (NPK e outros); defensivos ecológicos (quando necessário); mudas e sementes (quando necessário) e demais insumos necessários à jardinagem.

5.4.5.3. As quantidades estimadas conforme tabela de insumos (Anexo IX) são sujeitas a ajustes conforme necessidade;

5.4.5.4. Os produtos entregues devem ser de qualidade, atóxicos e preferencialmente orgânicos; com os devidos registro em órgãos competentes quando aplicável;

5.4.5.5. Os insumos, ferramentas e equipamentos utilizados na prestação dos serviços ficarão sob a responsabilidade do Setor de Almoxarifado da Divisão de Material e Logística deste Regional, que será encarregada de manter o controle físico do estoque. Esse controle permitirá a verificação da qualidade e quantidade dos produtos entregues, bem como a análise da adequação da estimativa realizada na fase de planejamento para atender à demanda. Caso necessário, serão promovidas readequações dos quantitativos para garantir o atendimento eficaz às necessidades. Serão designados um servidor e seu substituto legal, do referido setor para atuarem como Fiscais Setoriais da contratação, a fim de acompanhar o recebimento e o controle de estoque dos insumos, ferramentas e equipamentos utilizados na presente contratação.

5.4.5.3. Em caso de necessidade de substituição do material, devido as condições de uso ou qualidade insatisfatórias, a contratada deverá apresentar outros novos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação, sem que isso implique acréscimo nos preços contratados, devendo, ainda, proceder à prévia aprovação da contratante.

5.4.5.4. A contratada deve dar preferência à aquisição de produtos constituídos no todo ou em parte por materiais reciclados, atóxicos, biodegradáveis, conforme ABNT NBR – 15.448-1 e 15.448-2.

5.5. Da Formação escolar, competências técnicas e competências comportamentais mínimas do prestador de serviços

5.5.1. Os serviços contratados deverão observar os padrões mínimos de qualidade e será de responsabilidade da contratada a seleção de profissionais treinados e capacitados para o



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

desenvolvimento das atividades, de forma a garantir a efetividade do trabalho, a integridade das pessoas, do ambiente e dos equipamentos.

5.5.2. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar profissional pertencente à categoria de ocupação, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.5.3. Serviços de Jardineiro (CBO 6220-10):

5.5.3.1. Possuir ensino fundamental completo ou comprovação de alfabetização, desde que demonstrada a capacidade de leitura e compreensão de ordens de serviço, instruções técnicas, normas de segurança e fichas de produtos eventualmente utilizados.

5.5.3.2. Ter boa habilidade manual e expertise na utilização de ferramentas e equipamentos necessários à realização dos serviços, com observância aos critérios e práticas de sustentabilidade;

5.5.3.3. Ser responsável com a higiene e portar-se com boa apresentação pessoal;

5.5.3.4. Apresentar assiduidade e pontualidade;

5.5.3.5. Apresentar bom relacionamento interpessoal, capacidade de iniciativa e adaptabilidade a mudanças;

5.5.3.6. Portar-se de forma cooperativa;

5.5.3.7. Agir com discrição e sigilo;

5.5.3.8. Zelar pela segurança, limpeza e manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos;

5.5.3.9. Tratar todas as autoridades, servidores do TRT, advogados, terceirizados, estagiários, colegas de trabalho e demais pessoas com educação, urbanidade, presteza, fineza e atenção;

5.5.3.10. Cumprir todas as normas e determinações legais emanadas do fiscal do contrato, por meio do preposto da empresa contratada;

5.5.3.11. Apontar e comunicar ao preposto, os consertos necessários à conservação de bens e instalações, providenciando, este último, se for o caso, a sua execução, através do fiscal do contrato;

5.5.3.12. Informar ao chefe imediato as irregularidades encontradas nas instalações das dependências do trabalho;

5.5.3.13. Executar as demais atividades inerentes à função, que sejam necessárias ao bom desempenho do trabalho.

5.5.3.14. O posto de jardineiro alocado terá como objetivo a completa execução das atividades de jardinagem, que compreendem, mas não se limitam a:

5.5.3.14.1. Capina e Limpeza:



Zelar pela limpeza do jardim;
Capina de canteiros e jardineiras;
Erradicação de ervas daninhas;
Limpeza de arbustos e áreas verdes;
Manutenção de áreas adjacentes limpas.

5.5.3.14.2. Plantio e Replanteio:

Plantio de novas espécies vegetais;
Replanteio de plantas e mudas;
Replanteio de áreas gramadas;
Ornamentação dos jardins.

5.5.3.14.3. Poda e Manutenção:

Podas técnicas de árvores e arbustos de pequeno e médio porte;
Desbrota de plantas;
Conservação de folhagens;
Corte periódico de gramados.

5.5.3.14.4. Adubação e Tratamento:

Aplicação de fertilizantes e substratos;
Promoção de aeração da terra em vasos e jardins;
Adubação de canteiros, jardins e vasos;
Diagnóstico e tratamento de pragas e doenças em plantas ornamentais.

5.5.3.14.5. Irrigação:

Irrigação adequada das áreas especificadas;
Manutenção de sistemas de irrigação quando existentes.

5.5.3.14.6. Gestão de Resíduos:

Coleta e descarte dos resíduos;
Manter calçadas e áreas adjacentes limpas.

5.5.3.14.7. Outras Atividades:

Manutenção de vasos e floreiras;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Conservação de jardins, canteiros e plantas;

Demais atividades correlatas à jardinagem;

Uso e conservação de equipamentos e ferramentas.

5.5. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5.1. O quantitativo e o tipo de posto de trabalho (posto de jardineiro - CBO 6220-10) a ser contratado foram fixados com respaldo na experiência consolidada ao longo da execução do Contrato TRT19 /SJA nº 17/2021, que demonstrou ser a dotação necessária para assegurar a continuidade e a qualidade das atividades de jardinagem, permitindo o atendimento eficiente das edificações situadas tanto na capital quanto no interior, mediante deslocamentos programados e planejados. Ademais, o quantitativo mostra-se tecnicamente adequado frente à área total de 4.147,68 m² a ser atendida, garantindo cobertura suficiente para as demandas de manejo, conservação e suporte operacional exigidas pelo Tribunal.

5.5.2. As informações pertinentes aos locais da prestação contratual encontram-se discriminadas no Anexo XXII.

5.5.3. As planilhas de referência a serem utilizadas pelas licitantes para apresentação das propostas encontram-se nos modelos contidos nos Anexos XI a XV.

5.5.4. As licitantes deverão apresentar as planilhas de custos e formação de preços, conforme modelo constante no disponibilizado no Edital, com base na convenção coletiva de trabalho aplicável à categoria envolvida na contratação e à qual a licitante esteja obrigada.

5.5.5. Para subsidiar a formação dos preços de uniformes, ferramentas, equipamentos de proteção individual e insumos, a licitante deverá observar a descrição e o quantitativo constantes dos Anexos VI a IX.

5.5.6. A proposta deverá contemplar: cotação de preços que atenda às quantidades e especificações técnicas contidas nesta peça, inclusive a marca (fabricante) e o modelo (referência); preço unitário e total, expresso em moeda corrente nacional. Nos casos de divergência entre o preço total e o preço unitário, prevalecerá o valor ofertado como preço unitário. No preço ofertado deverão estar incluídos todos os custos relacionados ao fornecimento do objeto desta peça, incluindo impostos, taxas, embalagem, seguros, garantia e custos de entrega no local indicado pelo contratante, conforme Anexos VI a IX.

5.5.7. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação do serviço.

5.5.7.1. Caso utilize percentuais diferentes daqueles considerados pelo órgão para o cálculo do valor de referência, a licitante deverá apresentar a respectiva memória de cálculo do percentual. Caso não apresente essas informações ou não sejam aceitas, deverá ajustar sua proposta. Em caso de ajuste, não será aceita a majoração do valor final da proposta, em consonância com a IN 5/2017.

5.5.7.2. Poderá ser solicitada ao licitante a comprovação da exequibilidade dos insumos com preços mais distantes do valor de referência. A identificação de preços inexecutáveis se dará conforme os critérios definidos no art. 59 da Lei 14.133/21. A comprovação da



exequibilidade deverá atender à integralidade da especificação do respectivo item. Caso não apresente essas informações ou não sejam aceitas, deverá ser solicitado o ajuste da proposta. Caso ocorra a majoração do valor final da proposta, esta será recusada. Durante a execução do contrato, o ônus da substituição de insumos rejeitados será exclusivamente da contratada, sem que isso acarrete aumento dos custos do contrato.

5.6. Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.6.1. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. Disposições Gerais:

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

6.1.3. A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

6.1.4. O Gestor e Fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas no Ato GP TRT19 nº. 103/2022, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratemplos que porventura venham a ocorrer.

6.1.5. A fiscalização desta contratação será executada de forma segregada pelo fiscal técnico, pelo fiscal administrativo e pelo fiscal setorial do Setor de Almoxarifado da Divisão de Material e Logística, conforme estabelecido nos termos previstos no Ato GP TRT 19 nº. 103/2022, neste Termo de Referência e na Instrução Normativa nº 05/2017, da SLTI/MPOG.

6.1.6. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.7. O Contratante poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.8. Após a assinatura do contrato, o TRT19 poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2 Representante da Contratada (Preposto)

6.2.1. A Contratada designará formalmente um representante da empresa, no início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.2.2. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.2.3. O preposto poderá ser qualquer representante indicado pela Contratada, integrante ou não da equipe disponibilizada para a prestação dos serviços, e sua atividade não implicará nenhum custo adicional ao TRT 19ª.

6.2.4. A contratada deverá informar à Unidade Gestora do contrato o nome completo do preposto, número do CPF e do documento de identidade, os dados relacionados à sua qualificação profissional e os meios de comunicação a serem utilizados para o pronto atendimento das solicitações do contratante, como número de telefone fixo, móvel, e-mail e aplicativo de mensagens instantâneas (WhatsApp, Telegram, etc), devendo atualizar todos os dados sempre que houver alteração.

6.2.5. O preposto deverá estar munido de meios de comunicação que permitam ser contatado a qualquer momento e deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.

6.2.6. O preposto será responsável por orientar, coordenar, acompanhar, supervisionar e dar ordens ao contingente disponibilizado e resolver quaisquer questões pertinentes à execução dos serviços, para correção de situações adversas e para o atendimento imediato das reclamações e solicitações do contratante.

6.2.7. A contratada orientará o seu preposto quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho.

6.3 Rotinas de Fiscalização

6.3.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.3.2. Fiscalização Técnica

6.3.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, prestando apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

6.3.2.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas aos aspectos técnicos da execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

6.3.2.3. O fiscal técnico do contrato emitirá notificações à contratada, preferencialmente por email institucional juntado aos autos, com a devida comprovação de recebimento, para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção.

6.3.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.3.2.5. O fiscal técnico do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.

6.3.2.6. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente, através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I, para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.3.2.7. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.3.2.8. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.3.2.9. O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.3.2.10. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.3.2.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no instrumento de contrato.

6.3.2.12. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

6.3.2.13. O fiscal técnico do contrato auxiliará o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do relatório de acompanhamento da execução contratual.

6.3.2.14. O fiscal técnico do contrato avaliará constantemente a qualidade da execução contratual, propondo sempre que cabíveis medidas que visem reduzir gastos e racionalizar os serviços.

6.3.2.15. O fiscal técnico do contrato indicará nos autos do processo de contratação a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, decorrente de glosas que porventura vierem a ocorrer.

6.3.2.16. O fiscal técnico do contrato sugerirá ao Gestor do Contrato a aplicação de penalidades ao contratado quando verificado o descumprimento das obrigações assumidas, indicando as ocorrências de acordo com os termos estabelecidos no contrato.

6.3.2.17. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.3.2.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

6.3.2.19. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.3.2.20. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos neste termo de referência, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

6.3.3. Fiscalização Administrativa

6.3.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, examinará regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

6.3.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução de eventuais problemas, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.3.3.3. O fiscal administrativo do contrato comunicará à contratada, preferencialmente por email institucional juntado aos autos, com a devida comprovação de recebimento, eventuais irregularidades administrativas na execução do contrato, estabelecendo prazo para solução dos problemas apontados.

6.3.3.4. O fiscal administrativo do contrato auxiliará o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do relatório de acompanhamento da execução contratual.

6.3.3.5. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.3.3.6. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as comprovações apontadas nos tópicos que seguem.

6.3.3.6.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.3.3.6.1.1. No primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.3.3.6.1.1.1. Relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.3.3.6.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.3.3.6.1.1.3. Exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.3.3.6.1.1.4. Entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.3.3.6.1.1.4.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

6.3.3.6.1.1.4.2. Certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.3.3.6.1.1.4.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF);

6.3.3.6.1.1.4.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.3.3.6.1.1.4.5. Comprovante de recolhimento previdenciário e de FGTS;

6.3.3.6.1.1.4.6. Cópia folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o contratante;

6.3.3.6.1.1.4.7. Folha de pagamento de salários, atestando o recebimento de salários mensais e adicionais, além de salário-família, caso devido, assinado pelo empregado, ou, conforme o artigo 464 da CLT, acompanhado de comprovante de depósito bancário na conta do trabalhador;

6.3.3.6.1.1.4.8. Folha de ponto;

6.3.3.6.1.1.4.9. Extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.3.3.6.1.1.4.10. Comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.3.3.6.1.1.4.11. Comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;

6.3.3.6.1.1.4.12. Qualquer documentação complementar solicitada pelo Contratante, para a adequada fiscalização, em relação a qualquer dos empregados diretamente envolvidos na execução do contrato, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços, sob pena de multa.

6.3.3.7. Entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.3.3.7.1. Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.3.3.7.2. Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

6.3.3.7.3. Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.3.3.7.4. Exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.3.3.8. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.3.3.6.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.3.3.9. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.3.3.6.1.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.3.3.10. A contratada deve viabilizar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a partir do início da execução dos serviços, o acesso on-line aos sistemas da Previdência Social e do FGTS aos seus empregados. Tal medida é destinada a possibilitar a verificação do correto recolhimento das contribuições previdenciárias e a emissão dos extratos de recolhimento do FGTS.

6.3.3.11. Cabe à fiscalização do contrato verificar se a contratada observa a legislação relativa à concessão de férias e licenças aos empregados, respeita a estabilidade provisória de seus empregados e observa a data-base da categoria prevista na CCT, concedendo os reajustes dos empregados no dia e percentual previstos, verificando, ainda, a necessidade de se proceder à repactuação do contrato, inclusive quanto à necessidade de solicitação da contratada.

6.3.3.12. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.3.3.13. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.3.3.14. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestor do contrato deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.3.3.15. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestor deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.3.3.16. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

6.3.3.17. A Contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.3.3.18. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a Contratante comunicará o fato à Contratada e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.3.3.19. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.3.3.20. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.3.3.21. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.3.3.22. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias e para com o FGTS, referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.3.3.23. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.3.3.24. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

6.3.3.25. O fiscal administrativo do contrato poderá sugerir ao gestor do contrato a aplicação de penalidades ao contratado quando verificado o descumprimento das obrigações administrativas, indicando as ocorrências de acordo com os termos estabelecidos no contrato.

6.3.3.26. O fiscal administrativo acompanhará a apresentação dos documentos fiscais, bem como efetuará o recebimento da Nota fiscal/fatura e o registro do atesto no Portal do SIGEO – JT (Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho) para fins de liquidação e pagamento.

6.3.4. Fiscalização Setorial



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

6.3.4.1. O fiscal setorial do Setor de Almoxarifado da Divisão de Material e Logística atuará em apoio ao fiscal técnico na supervisão da execução do contrato, quanto ao controle dos insumos, ferramentas e equipamentos utilizados na prestação dos serviços, os quais ficarão sob a responsabilidade do referido Setor.

6.3.4.2. O fiscal setorial do Setor de Almoxarifado será encarregado de manter o controle físico do estoque. Esse controle permitirá a verificação da qualidade e quantidade dos produtos entregues, bem como a análise da adequação da estimativa realizada na fase de planejamento para atender à demanda. Caso necessário, serão promovidas readequações dos quantitativos para garantir o atendimento eficaz às necessidades.

6.3.4.3. O fiscal setorial conduzirá avaliações da qualidade dos materiais entregues, emitindo informações por meio de relatório de acompanhamento, para avaliar a conformidade com as especificações contratuais. O relatório deve ser enviado ao Fiscal Técnico até o 5º dia útil do mês subsequente.

6.3.4.4. O fiscal setorial do contrato auxiliará o fiscal técnico com as informações necessárias, na elaboração do relatório de acompanhamento da execução contratual;

6.3.4.5. O fiscal setorial comunicará formalmente ao Gestor ou ao fiscal técnico responsável pelo contrato sobre quaisquer desconformidades detectadas na execução do contrato.

6.3.5. Gestor do Contrato

6.3.5.1. O Gestor, como representante designado pela Administração, terá a função de coordenar todas as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial do contrato administrativo, assegurando a conformidade com os termos e condições estabelecidos neste instrumento.

6.3.5.2. Dentre as atribuições do Gestor se incluem:

6.3.5.2.1. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.3.5.2.2. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de acompanhamento da execução contratual.

6.3.5.2.3. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório de acompanhamento da execução contratual com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.3.5.2.4. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

6.3.5.2.5.. Consultar a contratada sobre seu interesse em continuar prestando o serviço no prazo mínimo de 06 (seis) meses antes do término do contrato e, a qualquer momento, manifestar-se-á acerca da falta de interesse da administração na prorrogação, caso haja mudança na qualidade da prestação dos serviços que implique na necessidade de nova contratação.

6.3.5.2.6. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pela Secretaria de Administração, conforme o caso.

6.3.5.2.7. Enviar, após a liquidação da despesa, a nota fiscal e a documentação pertinente à Secretaria de Orçamento e Finanças para procedimentos de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização observada a regularidade fiscal da contratada.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Critérios de Medição

7.1.1. A execução do objeto contratual será avaliada mensalmente por meio do Instrumento de Medição de Resultado – IMR, conforme disposto no Anexo I deste Termo de Referência.

7.1.2. A pontuação máxima por período de aferição é de 100 (cem) pontos, resultante da avaliação de 20 (vinte) itens, cada um com pontuação variável de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos, conforme critérios definidos no IMR.

7.1.3. A pontuação final do período corresponderá ao somatório das notas atribuídas a cada item avaliado, observada a escala de desempenho prevista no IMR.

7.1.4. Caso determinado item do IMR não se aplique à realidade da unidade ou ao cronograma de execução do período avaliado, será atribuída a pontuação máxima, exclusivamente para fins de neutralidade do cálculo, nos termos do Anexo I.

7.1.5. A apuração da pontuação ficará a cargo do Fiscal Técnico do Contrato, que acompanhará a execução dos serviços, consolidará as avaliações e emitirá Relatório de Avaliação, contendo a pontuação final obtida e o respectivo cálculo do ajuste financeiro.

7.1.6. É vedada à contratada a realização de qualquer forma de autoavaliação para fins de medição de resultado.

7.1.7. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos de avaliação da prestação dos serviços, nem a adoção de outras medidas de fiscalização, tampouco afasta a aplicação das penalidades contratuais, administrativas ou legais cabíveis, quando for o caso.

7.2. Contraditório

7.2.1. O Relatório de Avaliação será encaminhado à contratada, que poderá apresentar justificativas no prazo de 02 (dois) dias úteis, contado do recebimento.

7.2.2. O Fiscal Técnico analisará as justificativas no prazo de 02 (dois) dias úteis e, caso seja mantida a pontuação atribuída, encaminhará o relatório ao Gestor do Contrato para adoção das providências cabíveis, inclusive para fins de glosa no faturamento, quando aplicável.



7.3. Critérios de Pagamento e Ajuste Financeiro

7.3.1. Com base na pontuação final apurada no período de aferição, aplicar-se-á o seguinte ajuste sobre o valor bruto da fatura mensal:

- **90 a 100 pontos:** pagamento de 100% do valor devido (sem desconto);
- **80 a 89 pontos:** pagamento de 97,5% do valor devido (desconto de 2,5%);
- **68 a 79 pontos:** pagamento de 95,0% do valor devido (desconto de 5,0%);
- **52 a 67 pontos:** pagamento de 92,5% do valor devido (desconto de 7,5%);
- **30 a 51 pontos:** pagamento de 90,0% do valor devido (desconto de 10,0%).

7.3.2. Pontuação inferior a 30 (trinta) pontos implicará glosa integral da fatura, sem prejuízo da instauração de procedimento para apuração de inexecução parcial ou total do contrato e da aplicação das sanções cabíveis.

7.4. Classificação dos Serviços, Rescisão e Disposição Transitória

7.4.1. Os serviços serão considerados satisfatórios quando a pontuação final for igual ou superior a 68 (sessenta e oito) pontos.

7.4.2. Os serviços serão considerados insatisfatórios quando a pontuação final for inferior a 68 (sessenta e oito) pontos.

7.4.3. O contrato poderá ser rescindido antecipadamente, por iniciativa da Administração, nas seguintes hipóteses:

- I – obtenção de pontuação inferior a 30 (trinta) pontos em qualquer período de aferição;
- II – aplicação do desconto máximo de 10% (dez por cento) por mais de 6 (seis) meses, dentro de um intervalo de 12 (doze) meses;
- III – permanência na classificação de serviço insatisfatório por 6 (seis) meses consecutivos.

7.4.4. No primeiro mês de vigência contratual, eventuais inconsistências que não ofereçam risco à segurança ou ao patrimônio serão objeto de notificação orientativa, com vistas à adaptação da contratada, salvo se a pontuação final for inferior a 30 (trinta) pontos, hipótese em que poderão ser aplicadas imediatamente as medidas cabíveis.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, até o 10º dia útil do mês subsequente, pelos fiscais técnico e administrativo mediante relatório circunstanciado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante relatório circunstanciado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante relatório circunstanciado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista referente aos serviços executados na unidade de sua responsabilidade.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos neste termo de referência, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, pelo Gestor do contrato nomeado pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.14.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.14.2. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.14.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

7.14.4. Enviar a nota fiscal e documentação pertinente à Secretaria de Orçamento e Finanças para a formalização dos procedimentos de pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento

7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO:

8.1. Recebida a Nota Fiscal, correrá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual, nos termos do art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME Nº 77/2022.

8.2. Para fins de liquidação, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal apresentada contempla os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) prazo de validade;
- b) data da emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

8.4. A Nota Fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.5. O TRT deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

8.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.10. O pagamento será efetuado mensalmente pelo contratante, mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.11. A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.12. A Contratada obriga-se a realizar e manter atualizado o autocadastro no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT), nos termos previstos no ATO GP TRT nº 38, de 05 de maio de 2022.

8.13. A empresa deverá anexar no Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho (SIGEO-JT) todos os documentos e notas fiscais para que o fiscal do contrato, após a juntada feita pela empresa, realize no sistema o atesto da nota fiscal e, por conseguinte, efetue a sua liquidação.

8.14. A Contratada assumirá inteira responsabilidade pela veracidade, conformidade e eventuais correções das informações registradas no referido sistema, assumindo o ônus por quaisquer prejuízos decorrentes de erros ou falhas quanto aos dados e documentos informados, inclusive perante a Receita Federal do Brasil (RFB) e demais órgãos da Administração Pública.

8.15. O TRT reterá, na fonte, sobre os pagamentos efetuados os tributos e contribuições de que trata a Instrução Normativa SRF nº. 1.234, de 11 de janeiro de 2012 ou outra norma vigente à época da ocorrência do pagamento.

8.16. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.17. Considera-se para efeito de pagamento o dia da emissão da Ordem Bancária pelo Sistema Integrado de Administração e Finanças do Governo Federal – SIAFI.

8.18. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, Sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = 0,00016438$.

$I = (TX/100)/365$. $I = (6/100)/365$

Em que TX = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

9. DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

9.1. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº. 98/2022, bem como no art. 18, parágrafo 1º da Instrução Normativa nº. 05, de 26 de maio de 2017 e da Resolução nº. 651 de 29 de setembro de 2025 do Conselho Nacional de Justiça são as estabelecidas neste Termo de Referência.

9.2. O contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

9.3. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP nº. 05/2017.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

9.4. A empresa contratada deverá assinar, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação do contratante, os documentos de abertura da conta vinculada e de termo específico da instituição financeira oficial, que permita ao Tribunal ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do contratante, sob pena de retenção dos valores devidos (nos termos do art. 8º, §1º da Resolução 651/2025).

9.5. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

- a) 13º salário;
- b) férias e 1/3 constitucional de férias;
- c) multa sobre o FGTS para as rescisões sem justa causa;
- d) encargos sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

9.6. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP nº. 5/2017.

9.7. Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

9.8. Nos termos do item 5 da Cláusula Segunda do Termo de Cooperação Técnica nº 01/2020, firmado entre este Tribunal e o Banco do Brasil, os recursos provisionados na conta vinculada serão corrigidos automaticamente, pelo Banco, conforme índice de remuneração da caderneta de poupança ou outro índice de maior rentabilidade, conforme Art. 7º, §3º da Resolução 651/2025.

9.9. Também com base no item 16, da Cláusula Quarta do Termo de Cooperação Técnica nº.01/2020 o Depósito em Garantia – Conta vinculada, está sujeito à cobrança de tarifas bancárias, nos valores estabelecidos na Tabela de Tarifas, afixada nas agências do Banco do Brasil e disponível no endereço www.bb.com.br, com possibilidade de negociação de isenção entre a contratada e o Banco do Brasil.

9.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados, os quais devem ser suportados pela taxa de administração constante da proposta comercial da empresa.

9.11. O faturamento mensal deverá ser formalizado com o valor mensal integral dos serviços, incluídos os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas diferidos mencionados neste Termo de Referência, sendo que dos pagamentos mensais serão deduzidas as provisões citadas.

9.12. A empresa contratada poderá solicitar a autorização do contratante para resgatar da conta-depósito vinculada os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 9.5 deste Instrumento, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

9.13. Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada conforme previsto neste subitem, a empresa, após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias, deverá apresentar ao fiscal administrativo da contratação, os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 9.5.

9.14. Somente após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, a qual será encaminhada ao banco público oficial, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa (artigos 5º e 6º da Resolução 651/2025).

9.15. O contratante solicitará ao banco público oficial que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

9.16. Os valores provisionados serão obtidos pela aplicação de percentuais e valores constantes da proposta.

9.17. Os valores retidos e depositados em conta vinculada na forma acima citada serão processados e devolvidos em conformidade com o regramento contido na Resolução nº. 651/2025 e alterações posteriores do CNJ.

9.18. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria, quando exigível por norma coletiva, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, nos termos do art. 3º da Resolução 651/2025 e do Anexo XII da IN 05/2017, no que compatível.

9.19. No encerramento do contrato, eventuais saldos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - do contrato findo serão transferidos para novo contrato quando a última CONTRATADA e a empresa VENCEDORA forem a mesma empresa, ocorrendo aproveitamento total ou parcial da mão de obra pela empresa VENCEDORA.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

10.1.1. Será adotado o Modo de Disputa ABERTO e FECHADO, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado, conforme o critério de julgamento Menor Preço

Regime de execução

10.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço global.

10.3 HABILITAÇÃO:

Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

10.3.1 Habilitação jurídica:

10.3.1.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.1.2. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.1.3. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.1.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.3.1.5. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.3.1.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

10.3.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

10.3.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.3.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.3.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.3.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

maio de 1943.

10.3.2.5. Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

10.3.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.3.2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.3.3. Qualificação técnica

10.3.3.1. Declaração que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação (Modelo no Anexo XXIII);

10.3.3.2. O licitante deverá comprovar a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestados ou declarações de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

10.3.3.3 Atestado de capacidade técnica que comprove aptidão para desempenho da atividade em características e quantidades compatíveis com o objeto da licitação, demonstrando que a licitante gerencia ou gerenciou os serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra por um período mínimo de 3 (três) anos.

10.3.3.3.1. Entende-se como quantidade compatível a realização simultânea de serviços em regime de dedicação exclusiva de mão de obra contemplando pelo menos 1 (um) posto de trabalho a ser contratado, consoante previsto no §2º do art. 67 da Lei n. 14.133/2021.

10.3.3.4. Comprovar experiência mínima de 3 (três) anos, ininterruptos ou não, no fornecimento de 1 (um) postos de trabalho até a data da sessão pública de abertura da licitação, na prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

10.3.3.5. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços com cessão de mão compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo obrigatoriedade de ser período ininterrupto.

10.3.3.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.3.3.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

10.3.3.8. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.3.3.9. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços

10.3.3.10. Os licitantes poderão complementar o (s) atestado (s) apresentado (s) através de contratos, declarações, notas fiscais, ou qualquer documento que auxilie na demonstração da compatibilidade exigida.

10.3.3.11. O licitante deverá apresentar declaração que possui ou instalará escritório em Maceió, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato (Modelo no Anexo XXIV).

10.3.3.12. Os atestados de capacitação técnica deverão conter o nome, telefone de contato do subscritor ou outro meio que permita o contato com o declarante.

10.3.3.13. As empresas deverão apresentar atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, na forma prevista no item 4.9 deste instrumento ou declaração (modelo Anexo XXI).

10.3.3.13.1 O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assumindo total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

10.3.4 Qualificação econômico-financeira

10.3.4.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do art. 69, caput, inciso II da Lei 14.133/2021;

10.3.4.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

10.3.4.2.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$

10.3.1.2.2. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesse inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

10.3.1.2.3. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

10.3.1.2.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

10.3.1.2.5 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

10.3.1.2.6 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.3.4.3. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo XVI deste termo de referência de que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

10.3.4.3.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

10.3.4.3.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

10.3.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

10.3.4.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.3.5 Declarações complementares

10.3.5.1. Declaração de que o licitante atende os requisitos de habilitação previstos em lei e neste instrumento.

10.3.5.2. Declaração firmada pelo licitante de que não possui em seu quadro funcional menores de dezoito anos, em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e nem menores de dezesesse anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir dos catorze anos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

10.3.5.3. Declaração de que o licitante cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da previdência social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.3.5.4. Declaração do licitante de que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega da proposta.

10.3.5.5. Declaração de que não emprega e não empregará cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de membros, juízes e servidores ocupantes de cargos de direção e assessoramento vinculados ao TRT 19ª Região, na forma da resolução do Conselho Nacional da Justiça nº 07/2005, alterada pela Resolução nº 229/2016.

10.3.5.6. As declarações mencionadas nos subitens 10.3.5.1, 10.3.5.2, 10.3.5.3 e 10.3.5.4 serão preenchidas pelo licitante no momento do cadastramento da proposta no Sistema COMPRASGOV e, a Declaração de inexistência de nepotismo será elaborada de acordo com o modelo definido no Anexo XX deste instrumento e apresentadas em conjunto com as documentações de habilitação.

10.3.5.7. Apresentar declaração de que formalizará as AUTORIZAÇÕES para retenção da garantia, para retenção na fatura de verbas trabalhistas e para abertura de conta vinculada, caso seja declarada vencedora da Licitação, encaminhará antes da assinatura do contrato referidas AUTORIZAÇÕES, conforme os modelos dos anexos XVII, XVIII, XIX deste Termo de Referência.

11. FORMA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

11.1. A proposta deverá conter:

11.1.1. Especificação do serviço a ser contratado, detalhando de forma clara, todas as informações;

11.1.2. O correio eletrônico e número de telefone, para realização dos chamados, durante o período da contratação;

11.1.3. O valor global anual dos serviços expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso;

11.1.3. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações - CBO;

11.1.4. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

11.1.5. Todas as especificações dos materiais, equipamentos e uniformes, devem estar de acordo com as especificações constantes deste Termo de Referência, inclusive o quantitativo,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

marca, fabricante, preço unitário e preço total, expressos em reais, incluindo todos os impostos, taxas, frete e demais encargos;

11.1.6. Prazo de validade da proposta devendo ser de no mínimo 90 (noventa) dias corridos.

11.2. A licitante deverá encaminhar, obrigatoriamente, junto à proposta descrita no subitem anterior:

11.2.1 Planilhas de custos e formação de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, conforme regramento contido no **item 12** deste Termo de Referência, com detalhamento de todos os elementos que impactam no custo operacional, inclusive tributos e encargos sociais discriminando os seguintes itens:

- a) valor da remuneração da categoria profissional, englobando salário e demais vantagens estabelecidas na legislação trabalhista;
- b) encargos sociais incidentes sobre a remuneração;
- c) demais itens componentes do preço ofertado, minuciosamente discriminados em moeda corrente, e, quando cabível, percentuais em relação ao valor da remuneração.

11.2.1.1. A planilha de custo e formação de preços deverá seguir o modelo constante no Anexo III do Termo de Referência, ressaltando-se que erros no preenchimento da Planilha não são motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação, conforme Anexo VII-A subitem 7.9 da IN nº. 05/2017.

11.2.2. Memória de cálculo devidamente preenchida conforme o modelo do Anexo IV deste Termo de Referência, compatível com os valores indicados na proposta, bem como nas respectivas planilhas de custos e formação de preços.

11.2.3. Comprovação de adesão ao PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, se for o caso.

11.2.4. Comprovação do FAP – Fator Acidentário Previdenciário no qual o proponente estiver enquadrado.

11.1.11.5. Enviar a Convenção Coletiva de Trabalho a qual a empresa se vincula.

12. INSTRUÇÕES RELEVANTES PARA ELABORAÇÃO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

12.1. A planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada pelos proponentes, contendo o detalhamento dos custos que compõem o preço global ofertado, conforme modelo disponibilizado no Edital, baseado no Anexo VII-D da IN nº. 05 de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento Desenvolvimento e Gestão, ajustado às especificidades da presente contratação.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

12.2. Foi utilizada como base norteadora para a definição do salário mensal, benefícios e direitos sociais dos profissionais a serem contratados a Convenção Coletiva 2026/2026 do SINDLIMP/SEAC-AL (doc. 34) em consonância com os artigos 9º e 10º do Ato GP TRT19 nº 109/2022, como descrito no **item 8.1.1 do Estudo Técnico Preliminar**.

12.3. Deverá ser apresentada uma planilha de formação de preços para cada categoria profissional.

12.4. As Memórias de cálculo de cada componente de custo que servirão para análise da aceitabilidade da proposta, bem como de parâmetro para futuras repactuações contratuais, inclusive para eventual expurgo de custos não renováveis do contrato, se for o caso.

12.4.1. Consideram-se custos não renováveis aqueles que forem totalmente pagos, à luz da memória de cálculo apresentada pela Contratada e observadas as condições efetivas da execução contratual, tais como: substituição de equipamentos, ferramentas, instrumentos, pagamento de verbas rescisórias e outros.

12.5. O Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ – e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, por serem considerados encargos de natureza personalíssima não podem ser repassados à Administração e, não devem constar no módulo 6 da planilha de custos e formação de preços, nos termos da Súmula nº. 254 do TCU – Tribunal de Contas da União, atentando para a exequibilidade das propostas nos casos dos regimes tributários que impliquem em impostos faturados.

12.6. Em conformidade com a jurisprudência do TCU, externada por meio do Acórdão nº. 648/2016-Plenário, que faz nova leitura da Súmula TCU nº. 254, os proponentes poderão optar por apresentar o detalhamento da composição dos seus custos sem o destaque dos valores relativos ao IRPJ e CSLL, ou se preferir com o registro expresso desses encargos tributários, nos termos dos novos entendimentos do TCU, contudo, sempre verificando a exequibilidade dos preços à luz da sua realidade tributária.

12.7. As empresas deverão, obrigatoriamente, indicar seu regime tributário para fins de aferição da exequibilidade da proposta.

12.8. As empresas optantes por regime tributário que implique em impostos faturados deverão elaborar sua planilha de custos e composição de preços à luz de sua realidade tributária, facultada a realização de diligência pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio para aferir sua exequibilidade.

12.9. No módulo 6 - Tributos sobre o Faturamento constante na planilha de custos e formação de preços as empresas deverão aplicar os percentuais de acordo com a tabela abaixo:

Tributos sobre o Faturamento (Módulo 6)	Regime Tributário
Optantes do Lucro Presumido:	PIS/PASEP – 0,65% e COFINS – 3%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Optantes do Lucro Real com incidência não cumulativa sem aproveitamento de créditos	PIS/PASEP – 1,65% e COFINS – 7,6%
Optantes do Lucro Real com incidência não cumulativa com aproveitamento de créditos	A proponente deverá informar as alíquotas efetivas calculadas pela média dos últimos 12 meses anteriores à apresentação da proposta, considerando o direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis ns. 10.637/2002 e 10.833/2003. Para comprovação das alíquotas deve-se encaminhar os recibos da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições) dos 12 meses anteriores à apresentação da Proposta.
Optantes do Lucro Real com incidência cumulativa	PIS/PASEP – 0,65% e COFINS – 3%, conforme exceções previstas no Artigo 8º da Lei 10.637/2002 e Artigo 10º da Lei 10.833/2003.

12.10. A licitante, optante pelo regime Tributário diferenciado Simples Nacional, que venha a ser contratada, não poderá beneficiar-se da condição de optante e estará sujeita à exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar do mês seguinte ao da contratação, em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XII, o art. 30, inciso II e o art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123.

12.11. A licitante vencedora, a que se refere o subitem anterior, após a assinatura do contrato, até o prazo de 60 dias, deverá apresentar cópia do(s) ofício(s), com comprovante(s) de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação a opção por tal regime tributário) à Receita Federal do Brasil - RFB, no prazo previsto no inciso II do § 1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

12.12. Caso o licitante optante pelo Simples Nacional não efetue a comunicação no prazo assinalado acima, o próprio TRT, em obediência ao princípio da probidade administrativa, poderá efetuar a comunicação à Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

12.13. Como as empresas optantes pelo Simples Nacional se desvincularão desse sistema quando da contratação, não é possível que apresentem propostas contemplando os benefícios tributários e previdenciários correspondentes, posto que, uma vez que com a desvinculação do regime especial Simples Nacional, as empresas estarão sujeitas ao sistema normal de tributação, o que impõe a apresentação de propostas compatíveis com a realidade de custos durante a execução contratual.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

12.14. O registro dos custos relativos ao auxílio alimentação no submódulo 2.3 – “Benefícios Mensais e Diários”, letra “B” é restrito às empresas que aderiram ao PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador – Lei Federal nº. 6.321/76. As empresas que não aderiram ao PAT deverão registrar o custo em epígrafe no módulo 1, letra “G”, o qual integrará, aos fins, a remuneração do empregado.

12.15. As propostas apresentadas com o registro do custo do auxílio alimentação no submódulo 2.3, deverão vir acompanhadas da comprovação de adesão ao PAT.

12.16. No registro do custo relativo ao SAT – Seguro de Acidente de Trabalho, submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições, letra “C” deverá haver o registro do RAT – Risco de Acidente de Trabalho, baseado no CNAE ajustado ao FAP – Fator Acidentário Previdenciário da proponente. Base legal: CNAE – Decreto Federal nº. 6.957/2009 FAP – Resolução CNPS nº. 1.316/2010.

12.17. As propostas deverão vir acompanhadas da comprovação do FAP aplicável.

12.18. O TRT19ª não se vincula às disposições contidas em Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

12.19. A empresa proponente deverá apresentar todos os encargos sociais e trabalhistas incidentes sobre a remuneração dos seus empregados, utilizando na construção de suas planilhas de formação de custos, **conforme modelo de planilha disponibilizado no instrumento convocatório**, valores apurados com base na legislação vigente ou decorrente de estimativas baseadas em estatísticas oficiais ou institucionais (nacionais, regionais ou locais) ou em dados críveis ou reais da própria empresa.

12.20. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.

12.21. A demonstração analítica de memória de cálculo na forma do modelo constante no anexo IV deste Termo de Referência é compulsória.

12.22. Os valores relativos aos EPIs e uniformes fornecidos no início do contrato devem ser registrados nas rubricas EPIs e Uniformes, módulo 5.

12.23. É mister que a metodologia de cálculo, dos custos unitários que serviram de base para sua estimativa de custos sejam detalhados na memória de cálculo na forma exigida no instrumento convocatório.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

12.24.. É facultada ao Pregoeiro a promoção de quaisquer diligências julgadas necessárias para a análise e julgamento das planilhas de custos e composição de preços.

12.25. Caso a licitante apresente a sua proposta com o salário inferior ao fixado neste documento e esteja provisoriamente classificada em primeiro lugar, ela poderá, após diligência, ajustar os salários no prazo estabelecido pelo Pregoeiro. O não atendimento no prazo fixado ou a recusa em fazê-lo, caracteriza-se hipótese de desclassificação da proposta.

12.26. No cálculo do custo das horas deverá ser prevista uma carga horária semanal definida neste Termo de Referência.

12.27. À carga horária semanal de efetivo trabalho serão acrescidas as horas equivalentes ao repouso semanal remunerado, perfazendo um total de respectivos valores sem encargos mensais.

12.28. Todos os salários, estabelecidos com amparo em CCT, serão reajustados de acordo com a Convenção Coletiva utilizada pela empresa em sua planilha de composição de preços, de forma que a repactuação ocorra com base nas novas edições deste mesmo normativo, nas datas dos seus efeitos.

12.29. Não poderá ser apresentada proposta com salários inferiores aos estabelecidos neste Termo de Referência.

12.30. Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme as Leis n.º 10.637/2002 e 10.833/2003 (Acórdão TCU Plenário n.º 2.647/2009). Da mesma forma, atendida a legislação fiscal e trabalhista pertinente, bem como as condições estabelecidas em acordos, convenções ou dissídios trabalhistas a que se encontra vinculada a licitante, o preenchimento dos demais itens da Planilha de Custos e Formação de Preços deve refletir a realidade da licitante.

13. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo total estimado da contratação para um ano é de R\$90.781,89 (noventa mil, setecentos e oitenta e um reais e oitenta e nove centavos), de acordo com as planilhas de custos e formação de preços conclusiva do preço de referência Anexos II e III neste Termo de Referência.

13.2. No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas, bem como todos os tributos e demais encargos necessários à completa execução do objeto.

13.3. Os preços estimados, tanto unitários como global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.



14. SANÇÕES E INFRAÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

II) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 14.1, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 14.1, de 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 14.1, a multa será de 10% (dez por cento) a 15% (quinze por cento) do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 14.1, a multa será de 8% a (oito por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 14.1, a multa será de 8% a (oito por cento) a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

14.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

15. DA REPACTUAÇÃO

15.1. Os preços contratados serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, após o interregno de um ano, mediante solicitação do contratado.

15.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

15.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação a repactuação dos preços contratados.

16. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Lei nº 13.709/2018 - LGPD



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

16.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

16.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

16.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

16.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

16.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

16.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

16.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

16.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

16.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

16.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

16.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

16.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

16.12. Os contratos de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários constantes no programa de trabalho 02.122.0033.4256.0027 (Apreciação de Causas na Justiça do Trabalho - Estado de Alagoas).

17.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

18. São anexos a este TR:

ANEXO I - IMR;

ANEXO II - Valor Global Estimado (Valor Anual do Posto de Trabalho mais custos variáveis de deslocamentos);

ANEXO III – Planilha Estimativa de Custos e Formação de Preços

ANEXO IV – Memória de Cálculo das Planilhas de Custos e Formação de Preços

ANEXO V – Planilha Estimativa de Deslocamentos

ANEXO VI – Planilha Estimativa de Uniformes

ANEXO VII – Planilha Estimativa de Ferramentas

ANEXO VIII – Planilha Estimativa de EPI's

ANEXO IX – Planilha Estimativa de Insumos

ANEXO X – Modelo de Proposta

ANEXO XI - Modelo de Planilha de custo e Formação de Preços

ANEXO XII – Modelo de Planilha de Uniformes.

ANEXO XIII – Modelo de Planilha de EPI.

ANEXO XIV – Modelo de Planilha de Ferramentas

ANEXO XV – Modelo de Planilha de Insumos

ANEXO XVI - Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Administração Pública e Iniciativa Privada

ANEXO XVII – Modelo de Declaração de que formaliza autorização para retenção da garantia

ANEXO XVIII - Modelo de Declaração de que formaliza autorização para retenção na fatura, depósito direto do FGTS e pagamento direto dos salários.

ANEXO XIX - Modelo de Declaração de que formaliza autorização solicitação de abertura de conta vinculada em nome da empresa

ANEXO XX - Modelo de declaração de Inexistência de Nepotismo na forma da Resolução CNJ N°. 07/2005, alterada pela Resolução N°. 229/2016.

ANEXO XXI - Modelo de Termo ou Declaração de Vistoria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO XXII - Endereços das unidades pertencentes ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região

ANEXO XXIII- Declaração de Conhecimento de todas as informações e condições para cumprimento do objeto da licitação

ANEXO XXIV - Declaração de que possui ou instalará escritório em Maceió

Maceió (AL), 29 de Abril de 2026.

Equipe de Planejamento.

a) Integrante Requisitante: Nhirley Maily Martins Melo

b) Integrante Administrativo: Anne Caroline Pedrosa Brasil Camêlo

c) Integrante Administrativo: Aída Rachel Tavares Cavalcanti Rossiter

d) Integrante Técnico: Renaldo Joaquim Pereira



ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR) – SERVIÇOS DE JARDINAGEM

1. CRITÉRIOS GERAIS DE AVALIAÇÃO

1.1. A pontuação máxima por período de aferição é de 100 (cem) pontos, resultante da avaliação de 20 (vinte) itens específicos, cada um com peso de até 5 (cinco) pontos.

1.2. A pontuação final será o somatório das notas atribuídas em cada item, seguindo a escala de desempenho abaixo:

- **5 (Cinco) – Ótimo:** Cumprimento integral e excelente do item avaliado.
- **4 (Quatro) – Bom:** Cumprimento adequado, com falhas mínimas que não comprometem o serviço.
- **3 (Três) – Regular:** Cumprimento parcial ou com falhas que exigem correção imediata.
- **1 (Um) – Insatisfatório:** Descumprimento frequente ou baixa qualidade na execução.
- **0 (Zero) – Péssimo:** Inexecução total do item ou descumprimento grave de normas.

1.3. Caso um item da planilha de avaliação não se aplique à realidade da unidade deverá ser atribuída a nota máxima (5) ao referido item, exclusivamente para fins de neutralidade do cálculo matemático, sem caracterizar avaliação positiva do desempenho.

1.4. A aferição será realizada mensalmente pelo Fiscal Técnico do Contrato ou outro servidor designado para tal fim.

2. TABELA DE ITENS DE AVALIAÇÃO

2.1. Planilha de controle de conformidade da adequação dos serviços prestados e da conformidade do desempenho e da postura dos colaboradores.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Item	Descrição da Obrigação / Serviço	Pontuação (0-5)
01	Executar e prestar os serviços com qualidade, observando integralmente as exigências técnicas, operacionais e ambientais previstas no Edital, no Estudo Técnico Preliminar (ETP), no Termo de Referência (TR) e no contrato.	
02	Cumprir os padrões técnicos de execução e manutenção das áreas atendidas, conforme procedimentos e resultados mínimos definidos no Termo de Referência.	
03	Manter as áreas atendidas em condições adequadas de conservação, limpeza e funcionalidade, conforme critérios técnicos estabelecidos no Termo de Referência.	
04	Executar os serviços exclusivamente nas áreas especificadas no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e no contrato.	
05	Fornecer e utilizar materiais e equipamentos na frequência, quantidade e qualidade devidas, em conformidade com as exigências legais, contratuais e ambientais aplicáveis, observadas as especificações técnicas previstas no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e no contrato.	
06	Fornecer e utilizar produtos devidamente registrados no órgão competente, dentro do prazo de validade, aplicados nas dosagens, frequências e modos de uso previstos no rótulo aprovado, em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e o contrato.	
07	Cumprir os prazos de execução dos serviços estabelecidos no contrato ou determinados pela fiscalização.	
08	Corrigir, no prazo fixado pela fiscalização, os serviços executados em desconformidade com o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e o contrato.	
09	Fornecer e exigir a utilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) adequados às atividades executadas, conforme o Termo de Referência, o contrato e a legislação aplicável.	
10	Manter a higiene pessoal adequada dos colaboradores durante a execução dos serviços.	



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

11	Assegurar a utilização de uniformes limpos, completos e em perfeito estado de conservação, adequados às tarefas executadas.	
12	Assegurar a assiduidade dos colaboradores durante o expediente de trabalho, mantendo o quadro de pessoal completo e providenciando a reposição de funcionários faltosos no tempo estabelecido no Termo de Referência ou no prazo fixado pela fiscalização.	
13	Assegurar a pontualidade dos colaboradores no início e no encerramento das atividades, conforme o horário estabelecido.	
14	Assegurar a atuação de colaboradores qualificados para o exercício das atividades específicas da função, conforme descrito no Termo de Referência.	
15	Assegurar atenção e cuidado dos colaboradores com os materiais de consumo, equipamentos e utensílios utilizados na execução dos serviços.	
16	Assegurar conduta adequada dos colaboradores no relacionamento com os usuários dos serviços.	
17	Assegurar conduta adequada dos colaboradores no relacionamento com seus pares.	
18	Assegurar conduta adequada dos colaboradores no relacionamento com a equipe gerencial do serviço.	
19	Providenciar a substituição, no prazo previsto no contrato ou fixado pela fiscalização, de empregado que apresente conduta incompatível com as normas contratuais ou com o ambiente institucional.	
20	Cumprir integralmente as determinações formais, orientações e instruções complementares expedidas pela fiscalização do contrato.	
-	PONTUAÇÃO TOTAL OBTIDA (Somatório dos itens)	(0 a 100)

3.PROCESSO DE AVALIAÇÃO E CONTRADITÓRIO

3.1. O Fiscal Técnico verificará a execução dos serviços ao longo do mês, consolidará as notas e emitirá o Relatório de Avaliação com a pontuação final e o respectivo ajuste financeiro.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

3.2. O Relatório de Avaliação será encaminhado à contratada, que terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentar justificativas.

3.3. O Fiscal Técnico analisará as justificativas em até 2 (dois) dias úteis. Caso a pontuação seja mantida, o relatório seguirá para o Gestor do Contrato para processamento da glosa no faturamento.

3.4. É expressamente vedada a autoavaliação por parte da contratada para fins de medição de resultado.

4. ESCALA DE AJUSTES FINANCEIROS (PROPORCIONAL)

Com base na pontuação total apurada (escala de 0 a 100), aplicar-se-á o seguinte ajuste sobre o valor da fatura do mês de referência:

- **90 a 100 pontos:** 100% do valor devido (Sem desconto).
- **80 a 89 pontos:** 97,5% do valor devido (Desconto de 2,5%).
- **68 a 79 pontos:** 95,0% do valor devido (Desconto de 5,0%).
- **52 a 67 pontos:** 92,5% do valor devido (Desconto de 7,5%).
- **30 a 51 pontos:** 90,0% do valor devido (Desconto de 10,0%).
- **Inferior a 30 pontos:** Glosa integral da fatura (100% de desconto) e abertura de processo para reconhecimento de inexecução parcial ou total do contrato.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E RESCISÃO

5.1. Os serviços serão classificados como **Satisfatórios** quando a pontuação final for igual ou superior a 68 (sessenta e oito) pontos.

5.2. Os serviços serão classificados como **Insatisfatórios** quando a pontuação final for inferior a 68 (sessenta e oito) pontos.

5.3. O contrato poderá ser rescindido antecipadamente, por iniciativa da Administração, nas seguintes hipóteses:

- Obtenção de pontuação inferior a 30 (trinta) pontos em qualquer mês de aplicação.
- Aplicação do desconto máximo de 10% por mais de 6 (seis) meses dentro de um intervalo de 12 meses.
- Permanência na classificação de Serviço Insatisfatório por 6 (seis) meses consecutivos.

6. DISPOSIÇÕES FINAIS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

6.1. No primeiro mês de vigência do contrato, inconsistências que não ofereçam risco à segurança ou ao patrimônio serão objeto de notificação educativa, visando à adaptação da empresa, salvo se a pontuação for inferior a 30 pontos.

6.2. A aplicação do IMR não exclui a possibilidade de aplicação de multas moratórias ou sancionatórias previstas nas demais cláusulas do Contrato e do Termo de Referência.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO II
VALOR GLOBAL ESTIMADO

ANEXO II
VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

Resumo – Valor Fixo dos Postos de Serviços (A)			
Tipo de serviço	Valor proposto por empregado	Qtde de postos	Valor Fixo Mensal dos Serviços
Jardineiro	6.622,30	1	6.622,30
VALOR FIXO MENSAL DOS SERVIÇOS			R\$ 6.622,30
VALOR ANUAL DOS POSTOS DE SERVIÇOS (VALOR MENSAL X 12)			79.467,60
Resumo – Rubricas Variáveis (B)			
Estimativa de Deslocamentos anuais			R\$ 11.314,29
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DOS POSTOS DE SERVIÇOS INCLUINDO AS RUBRICAS VARIÁVEIS (A+B)			90.781,89



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO III

ANEXO III - PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Planilha Estimativa - Contratação de Serviços de Jardinagem			
PROAD TRT19 Nº		6490/2025	
PREGÃO ELETRÔNICO Nº			
A	DATA DA CONSTRUÇÃO DA PLANILHA ESTIMATIVA		24/04/2026
B	MUNICÍPIO/UF		MACEIÓ-AL
C	ACORDO, CONVENÇÃO OU SENTENÇA NORMATIVA EM DISSÍDIO COLETIVO		CCT SINDLIMP/SEAC-AL 2026/2026
D	Nº DE MESES DE EXECUÇÃO CONTRATUAL		12
Dados complementares para composição dos custos referentes à mão-de-obra			
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas):		JARDINEIRO
2	Classificação Brasileira de Ocupações (CBO):		6220-10
3	Salário Normativo da Categoria Profissional - Nível V - (44 horas):		R\$ 1.962,00
4	Categoria profissional (vinculada à execução contratual):		JARDINEIRO
5	Data base da categoria (dia/ mês/ano)		01/01/26
MÓDULO 1 - COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO			
1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	%	VALOR (R\$)
A	Salário Base		1.962,00
B	Adicional de Periculosidade		0,00
C	Adicional de Insalubridade		0,00
D	Adicional Noturno		0,00
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		0,00
F	Adicional de Hora Extra no feriado trabalhado		0,00
G	Outros (especificar)		0,00
TOTAL DO MÓDULO 1			1.962,00
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
2.1	Submódulo 2.1 - 13º Salário, Férias e Adicional de Férias	%	VALOR (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	163,50
B	Férias e Adicional de Férias	11,11%	218,00
TOTAL DO SUBMÓDULO 2.1		19,44%	381,50
2.2	Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições	%	VALOR (R\$)
A	INSS	20,00%	468,70
B	Salário Educação	2,50%	58,59
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho)	3,00%	70,31
D	SESC ou Sesi	1,50%	35,15
E	SENAI - SENAC	1,00%	23,44
F	SEBRAE	0,60%	14,06
G	INCRA	0,20%	4,69
H	FGTS	8,00%	187,48
TOTAL SUBMÓDULO 2.2		36,80%	862,41
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		VALOR (R\$)
A	Transporte	-	58,28
B	Auxílio-Refeição/Alimentação	-	510,40
C	Benefício Social Obreiro	-	12,00
TOTAL SUBMÓDULO 2.3			580,68
QUADRO - RESUMO DO MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS			
	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		VALOR (R\$)
2.1	13º Salário, Férias e Adicional de Férias		381,50
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições		862,41
2.3	Benefícios Mensais e Diários		580,68
TOTAL DO MÓDULO 2			1.824,59
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO			
3	Provisão para rescisão	%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado	0,42%	8,18
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,03%	0,65
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado	0,16%	3,14
D	Aviso Prévio Trabalhado	1,85%	36,24
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre Aviso Prévio Trabalhado	0,68%	13,34
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado	3,04%	59,64
TOTAL DO MÓDULO 3			121,19



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	%	Valor (R\$)			
A	Férias	0,93%	36,18			
B	Ausências Legais	0,56%	21,71			
C	Licença Paternidade	0,03%	1,09			
D	Ausência por Acidente de Trabalho	0,33%	13,03			
E	Afastamento Maternidade	1,00%	39,08			
F	13º salário	0,69%	13,63			
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.1		3,54%	124,71			
4.2	Submódulo 4.2 - Intra jornada	%	Valor (R\$)			
A	Intervalo para Repouso ou Alimentação	0,00%	0,00			
TOTAL SUBMÓDULO 4.2		0,00%	0,00			
QUADRO RESUMO DO MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE						
4	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	Valor (R\$)				
4.1	Ausências Legais	R\$ 124,71				
4.2	Intra jornada	R\$ 0,00				
TOTAL DO MÓDULO 4		R\$ 124,71				
MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS						
5	Insumos Diversos	VALOR (R\$)				
A	Uniformes	78,79				
B	EPis	54,83				
C	Materiais/Insumos	655,18				
D	Ferramentas	95,26				
E	Equipamentos	0,00				
TOTAL DO MÓDULO 5		884,07				
MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO						
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)			
A	Custos Indiretos	5,00%	245,83			
B	Lucro	10,00%	516,24			
C	Tributos (Total)	14,25%	943,68			
C.1	Tributos Federais (especificar) - PIS	1,65%	109,27			
C.2	Tributos Federais (especificar) - COFINS	7,60%	503,29			
C.3	Tributos Municipais (especificar) - ISS	5,00%	331,11			
TOTAL DO MÓDULO 6		29,25%	1.705,74			
QUADRO RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO						
Mão de obra vinculada à execução contratual (Valor por Empregado)			Valor (R\$)			
A	MÓDULO 1 - Composição da REMUNERAÇÃO		1.962,00			
B	MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários		1.824,59			
C	MÓDULO 3 - Provisão para Rescisão		121,19			
D	MÓDULO 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente		124,71			
E	MÓDULO 5 - Insumos Diversos		884,07			
Subtotal (A+B+C+D+E):			4.916,55			
E	MÓDULO 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro		1.705,74			
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			6.622,30			
QUADRO RESUMO - VALOR MENSAL DO SERVIÇO						
Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto por empregado (B)	Qtde de empregados por	Valor proposto por posto	Qtde de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D x E)
JARDINEIRO		6.622,30	1	6.622,30	1	6.622,30
VALOR MENSAL DOS SERVIÇOS (TODOS OS MÓDULOS)						6.622,30
VALOR GLOBAL DO POSTO PARA 12 MESES						R\$ 79.467,55



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO IV
MEMÓRIA DE CÁLCULO DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

ANEXO IV
MEMÓRIA DE CÁLCULO

Contratação de Serviços de Jardinagem		PROAD TRT 19	Nº 6490/2025
---------------------------------------	--	--------------	--------------

MÓDULO 1: Composição da Remuneração

1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO
A	Salário Base de Jardineiro - R\$ 1.962,00, de acordo com o Nível V da Cláusula Terceira da CCT/2026-2026 (44HORAS).
B	Adicional de Periculosidade - Não há previsão de pagamento desta rubrica neste contrato.
C	Adicional de Insalubridade - Não há previsão de pagamento desta rubrica neste contrato
D	Adicional Noturno - Não há previsão de pagamento desta rubrica neste contrato.
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida - Não há previsão de pagamento desta rubrica neste contrato.
F	Adicional de Hora Extra no Feriado Trabalhado - Não há previsão de pagamento desta rubrica neste contrato.
G	Outros (especificar) - Não há previsão de pagamento de outras rubricas neste contrato.

Salário normativo da categoria profissional. Foi adotada a Convenção Coletiva de Trabalho 2026/2026 - Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado de Alagoas. SINDLIMP/AL. Número de registro no MTE: AL000013/2026, em 27/01/2026.

MÓDULO 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários

Submódulo 2.1. - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias

2.1	13º (décimo terceiro) salário, Férias e Adicional de Férias
A	13º (décimo terceiro) Salário - O 13º salário equivale a um salário excedente com base na remuneração integral. Como a planilha de custos é calculada mensalmente, provisiona-se 1/12 (um doze avos) deste valor. Art. 7º, VIII, CF/88. $((1/12) \times 100) = 8,33\%$ (8,33% x remuneração).
B	Férias e Adicional de Férias - (1+1/3). Cálculo das férias = correspondente a uma remuneração, como a planilha de custos é calculada mensalmente, provisiona-se 1/12 (um doze avos desse valor) = $(1/12) = 8,33\%$. Às férias soma-se o terço Constitucional dividido pelos 12 meses necessários para o computo das férias. O adicional de férias equivale a 1/3 (um terço) do valor da remuneração. Como a planilha de custos é calculada mensalmente, provisiona-se 1/12 (um doze avos) deste valor. $(1/3) / 12 = 2,78\%$ (2,78% x remuneração). Férias + adicional de férias = $1/12 + (1/3 \times 1/12)$. $8,33\% + 2,78\% = 11,11\%$.
Total - Submódulo 2.1: 8,33 % + 11,11% = 19,44 * Quando da prorrogação contratual, a rubrica de férias torna-se custo não renovável.	

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.

2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual %
A	INSS - O percentual do INSS se dá conforme Art. 195, I, "a", CF/88; art. 22, inciso I, Lei 8.212/91 .	20,00%
B	Salário Educação - O percentual do Salário Educação se dá conforme Art. 212, §5º, CF/88; Lei 9.766/98; Decreto 6.003/2006.	2,50%
C	SAT (Seguro Acidente de Trabalho) - Artigo 22, inciso II, da Lei nº 8.212/91. O SAT depende do grau de risco do serviço e irá variar entre 1%, para risco leve, de 2%, para risco médio, e de 3% para risco grave. Para essa estimativa considerou-se o valor maior, de 3%, para que possibilite a participação do maior número de empresas possíveis. A licitante deverá informar o seu respectivo valor. (Adotado CNAE de risco máximo. FAP 1)	3,00%
D	SESC ou Sesi - O percentual do SESC OU Sesi se dá conforme Art. 30, Lei 8.036/90, c/c art. 1º, Lei 8.154/90; Decreto-Lei 2.318/86.	1,50%
E	SENAI - SENAC - O percentual do SENAI OU SENAC se dá conforme Decreto-Lei 2.318/86 c/c o art. 1º, Lei 8.154/90.	1,00%
F	SEBRAE - O percentual do SEBRAE se dá conforme Art. 8º, §3º, Lei 8.029/90	0,60%
G	INCRA - O percentual do INCRA se dá conforme conforme Lei 2.613/55; e os artigos 1º e 2º do Decreto-Lei nº 1.146/70.	0,20%
H	FGTS - O percentual do FGTS se dá conforme Art. 7º, III, CF/88 c/c o art. 15, Lei 8.036/90 e Lei Complementar n. 110/2001.	8,00%
Total - Submódulo 2.2		36,80%

Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários.

2.3	BENEFÍCIOS MENSALIS E DIÁRIOS
A	Transporte - A ser concedido ao trabalhador, permitido desconto sobre salário previsto na CLT. Considerando o valor da passagem de R\$ 4,00, conforme Decreto n. 9.449, de 29/05/2023 do Município de Maceió/AL. Considerando dias úteis conforme CCT (22 dias), Considerando a quantidade de 2 vales transportes por dia (ida e volta). Desconto legal sobre transporte (máximo 6% do salário-base) arts. 114 e 115 do Decreto n. 10.854/21, que regulamenta a lei 7.418/85. Fórmula = $(4,00 \times 2 \times 22) - (\text{salário base} \times 0,06)$.
B	Auxílio Refeição/Alimentação - Conforme Termo Aditivo da CCT/2026-2026 - Valor diário R\$ 29,00. Dias úteis (22 dias). Desconto de 20% do Trabalhador (Art. 458 da CLT e Cláusula Terceira, parágrafo 3º do Termo Aditivo da CCT 2026/2026). Fórmula = $22 \times 29 \times 0,8$.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

C	Benefício Social Obreiro - Conforme Cláusula Décima Primeira da CCT/2026-2026 - As empresas recolherão, à título de contribuição social e até o 10º dia de cada mês, o valor de R\$ 12,00 (onze reais) por empregado, tendo como base a quantidade de empregados constante do campo "total de empregados do último dia" informado no CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) mais atualizado.
---	---

MÓDULO 3: Provisão para Rescisão

3	Provisão para Rescisão
A	Aviso Prévio Indenizado - Conforme Art. 487, §1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88. De acordo com estudo realizado pelo STF, 5% dos trabalhadores receberão aviso prévio indenizado, cujo valor corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor da remuneração, multiplicado por 5% (estatística). Cálculo: $((1/12 \times 0,05) \times 100)$. Percentual: 0,42%. AVISO PRÉVIO INDENIZADO: 1= O aviso prévio integral da remuneração, com desligamento imediato do empregado. 12= rateio da remuneração em 12 meses. 5% cumprem aviso prévio (variável)= dado estatístico. Aplicado sobre Remuneração.
B	Incidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado - conforme art. 15, da Lei 8.036/90 e Súmula 305/TST. É a aplicação de 8% sobre o valor obtido no item A deste Módulo. FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado = 8% x (resultado do item A do módulo 3). Cálculo: $(API \times 0,08)$. Percentual: 0,03%.
C	Multa do FGTS sobre o aviso prévio indenizado - Art. 18, §1º, Lei 8.036/90; Lei 8.212/91. Conforme estudos, este pagamento tem a probabilidade de ocorrer de 5% e corresponde a 40% do valor do saldo do FGTS, aplicado sobre o valor da remuneração. Cálculo: $(0,08 \times 0,4 \times 0,05)$. Percentual: 0,16%. MULTA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO INDENIZADO $(8\% \times 40\% \times 5\%) = 0,16\%$ aplicado sobre a remuneração. 8% = montante a ser recolhido mensalmente a título de FGTS 40% = multa relativa ao FGTS para rescisão sem justa causa. 5% = % de empregados não cumprem o aviso prévio - dado estatístico.
D	Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Art. 487, §1º, CLT, c/c art. 7º, XXI, CF/88. Estima-se que 95% dos trabalhadores serão desligados no final da contratação. Isto posto, 7 dias em 30 dias rateado em 12 meses, multiplicado 95% a ser calculado sobre o valor da Remuneração. Cálculo: $((7/30)/12 \times 0,95) \times 100$. Percentual: 1,85%. * O aviso prévio trabalhado a partir da primeira prorrogação do contrato será de 0,194% em face do Acórdão TCU 1.186/2017 Plenário, nos termos da Lei n. 12.506/2011. AVISO PRÉVIO TRABALHADO A partir da primeira prorrogação: $((7/30)/12) \times 100 = 1,944\%$ ao mês 7 dias de afastamento em 30 dias, rateado em 12 meses multiplicado pela estatística cheia, nesse caso, 100%. Aplicado sobre Remuneração + Férias + 13º salário Na Prorrogação será readequado. Aplicado sobre Remuneração
E	Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições sobre Aviso Prévio Trabalhado - Conforme Art. 15 da Lei 8.036/90, Súmula 305/TST. Será calculado multiplicando-se o percentual total do submódulo 2.2 (Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições) sobre o valor do item D (Aviso Prévio Trabalhado) deste módulo. Percentual: 0,68%.
F	Multa do FGTS sobre o aviso prévio trabalhado - Conforme Art. 18, §1º, Lei 8.036/90; Lei 8.212/91. Estima-se que 95% os trabalhadores serão desligados no final da contratação. Portanto, 8% equivalente ao percentual de FGTS a ser recolhido mensalmente, multiplicado pelo percentual de 40% a título de multa relativa ao FGTS para rescisão sem justa causa aplicado sobre o valor da remuneração. Cálculo: $(0,08 \times 0,4 \times 0,95)$. Percentual: 3,04%. MULTA DO FGTS SOBRE AVISO PRÉVIO TRABALHADO $(0,08 \times 0,4 \times 0,95) = 3,04\%$ aplicado sobre o valor da remuneração. 8% = montante a ser recolhido mensalmente a título de FGTS 40% = multa relativa ao FGTS para rescisão sem justa causa. 95% = % de empregados que cumprem o aviso prévio - dado estatístico.
Total Módulo 3:	
6,18%	

MÓDULO 4: Custo Reposição Funcionário Ausente

Submódulo 4.1 - Ausências Legais (base de cálculo: somatório dos módulos 1, 2, e 3)

4.1	Ausências Legais
A	Substituto na cobertura de Férias - cálculo das férias $(1+1/3)$ = correspondente à remuneração + o terço Constitucional dividido pelos 12 meses necessários para o computo das férias, dividido novamente por 12, pois como a planilha de custos é calculada mensalmente, provisiona-se 1/12 (um doze avos) deste valor. Cálculo $= ((1+1/3)/12)/12$. Percentual 0,93%.
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais - conforme os dados estatísticos do IBGE, cada empregado falta 02 (dois dias) por ano à título de ausências legais. Portanto, 2 dias dividido pelo impacto sobre o mês (30 dias) dividido por 12 meses - impacto diluído no ano. O percentual encontrado será aplicado sobre a base de cálculo do módulo 4 (o somatório dos módulos: 1+2+3). Cálculo $= (2/30/12)$. Percentual 0,56%.
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade (05 dias) - conforme os dados estatísticos do IBGE, nascem filhos de 2 % dos trabalhadores por ano. Portanto, 5 dias de licença dividido pelo impacto sobre o mês (30 dias) dividido por 12 meses - impacto diluído no ano. O percentual encontrado será aplicado sobre a base de cálculo do módulo 4 (o somatório dos módulos: 1+2+3). Cálculo $= (2\% \times 5/30/12)$. Percentual 0,03%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

D	Substituto na cobertura por acidente de trabalho - de acordo os dados estatísticos do IBGE, cerca de 8% dos empregados sofrem acidente de trabalho. Portanto, 15 dias de ausência cobertos pelo empregador (após 15 dias passam a ser cobertos pelo INSS), dividido pelo impacto sobre o mês (30 dias) dividido por 12 meses - impacto diluído no ano. O percentual encontrado será aplicado sobre a base de cálculo do módulo 4 (o somatório dos módulos: 1+2+3). Cálculo = $8\% \times (15/30/12)$. Percentual 0,33%	
E	Substituto na cobertura de Licença Maternidade - de acordo os dados estatísticos do IBGE, ocorrem cerca de 3% de licenças maternidades concedidas ao ano. O percentual encontrado será aplicado sobre a base de cálculo do módulo 4 (o somatório dos módulos: 1+2+3) Cálculo = $3\% \times (120/30/12)$. Percentual 1,00%.	
F	13º Salário proporcional do substituto por férias - Corresponde a 1/12 da remuneração, dividido novamente por 12, para que ao final se tenha o valor de 1/12 de 13º salário a que faz jus o substituto do titular no gozo de férias. Cálculo: $= (1/12 \times 100)/12$. Percentual= 0,69%	
Total - Submódulo 4.1		3,54%

Submódulo 4.2 - Substituto na Intra jornada

4.2	Intra jornada
A	Substituto na cobertura de Intervalo para repouso ou alimentação - Não há previsão neste contrato de necessidade de substituto nos intervalos para repouso e alimentação dos titulares.

MÓDULO 5: Insumo Diversos

5	INSUMOS DIVERSOS
A	Uniformes - O valor estimado trata-se de uma pesquisa de mercado dos itens que compõem o uniforme conforme será detalhado no Termo de Referência. Considera-se todas as peças necessárias para a composição do conjunto, bem como a quantidade de conjuntos prevista para cada colaborador. O valor é mensal por funcionário. Cálculo 1/12 (um doze avos) dos valores obtidos na planilha uniforme para cada posto.
B	EPIs - Valor do EPI dividido pelo número de postos, diluído em 12 meses. O detalhamento das quantidades e preços dos EPIs constam no Termo de Referência. O valor é mensal por colaborador. Cálculo 1/12 (um doze avos) dos valores obtidos na planilha EPIs.
C	Materiais/Insumos - O valor estimado trata-se de uma pesquisa de mercado dos itens de insumos que serão utilizados durante a execução do contrato. O detalhamento das quantidades e preços dos insumos constam no Termo de Referência. O valor é mensal por colaborador. Cálculo 1/12 (um doze avos) dos valores obtidos na planilha Insumos.
D	Ferramentas - O valor estimado trata-se de uma pesquisa de mercado dos itens de ferramentas que serão utilizados durante a execução do contrato. As quantidades e preços constam no Termo de Referência. O valor é mensal por colaborador que utilizará as ferramentas. Cálculo 1/12 (um doze avos) dos valores obtidos na planilha Ferramentas.
E	Equipamentos - Não há previsão neste contrato de utilização de equipamentos.

MÓDULO 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual %
A	Custos Indiretos - o percentual utilizado teve por fonte a Nota técnica do STF. Para o cálculo, utiliza-se como base o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5. Custos Indiretos = (somatório do total dos módulos 1, 2, 3, 4 e 5) x 5%.	5,00%
B	Lucro - o percentual utilizado teve por fonte a Nota técnica do STF. Para o cálculo utiliza-se como base o somatório dos módulos 1, 2, 3, 4, 5 e o item A do módulo 6. Lucro = (somatório do total dos módulos 1, 2, 3, 4, 5 e item A do módulo 6) x 10%.	10,00%
C	Tributos (Total) - o percentual utilizado depende do enquadramento tributário da empresa. Para o cálculo utiliza-se como base o custo total do posto de trabalho, que será calculado somando-se os totais dos módulos 1, 2, 3, 4, 5 e itens A e B do módulo 6 e dividindo o valor encontrado por 0,8575 (lucro real) ou 0,9135 (lucro presumido).	14,25%
C.1	Tributos Federais (especificar) - PIS (Lucro real = 1,65%; lucro presumido = 0,65%)	1,65%
C.2	Tributos Federais (especificar) - COFINS (Lucro real = 7,60%; lucro presumido = 3,00%)	7,60%
C.3	Tributos Municipais (especificar) - ISS (conforme legislação tributária de cada município)	5,00%
TOTAL		29,25%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO V
PLANILHA ESTIMATIVA DE DESLOCAMENTOS

CÁLCULO DA ALIMENTAÇÃO NOS DESLOCAMENTOS		
1	Valor da alimentação no deslocamento sem pernoite	70,00
2	Número estimado de deslocamentos por ano	120
6	Valor total estimado da alimentação nos deslocamentos por ano	8.400,00
9	Custos indiretos (módulo 6) 5,00%	420,00
10	Lucro (módulo 6) 10,00%	882,00
11	Total (Custos Indiretos + Lucro)	1.302,00
12	Total (Alimentação nos Deslocamentos + Custos Indiretos + Lucro + Tributos)	9.702,00
13	Tributos (módulo 6) 14,25%	1.612,29
14	Total (Alimentação nos Deslocamentos + Custos Indiretos + Lucro + Tributos)	11.314,29
ESTIMATIVA DOS DESLOCAMENTOS (Custo Variável)		11.314,29



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO VI
PLANILHA ESTIMATIVA DE UNIFORMES

ANEXO VI

TIPO E QUANTIDADE DE UNIFORME POR ANO						
ITEM	POSTO DE TRABALHO	TIPO DO UNIFORME	QTD E	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO ANUAL POR PROFISSIONAL
1	JARDINEIRO	Calça comprida com elástico e cordão, em brim, cor cinza ou outra a ser ajustada com a gestão contratual. (2 exemplares por semestre)	4	unidade	78,60	R\$ 314,40
2		Camisa malha fria, com gola esporte, 100% algodão, com emblema da empresa, cor cinza ou outra a ser ajustada com a gestão contratual. (3 exemplares por semestre)	6	unidade	51,06	R\$ 306,36
3		Crachá	1	unidade	23,26	R\$ 23,26
4		Meia em algodão, cor branca. (4 exemplares por semestre)	8	par	12,66	R\$ 101,28
5		Camisa manga longa, com proteção UV, com fator mínimo UFP50+	4	unidade	50,05	R\$ 200,20
TOTAL POR CONJUNTO						R\$ 945,50



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO VII
PLANILHA ESTIMATIVA DE FERRAMENTAS

ANEXO VII						
FERRAMENTAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	APLICAÇÃO	Quantidades	VALOR UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	Carro de mão em aço, com pneu com câmara de ar, com capacidade para aproximadamente 50 litros.	unidade	Manter a limpeza de jardins e áreas verdes, após cortes ou podas das plantas e gramas.	1	R\$ 318,40	R\$ 318,40
2	Tesoura para aparar grama com lâmina metálica e cabo em madeira, medindo aproximadamente 48 cm de comprimento.	unidade	Aparar gramas	1	R\$ 60,63	R\$ 60,63
3	Tesoura de poda com lâmina metálica e cabo plástico, medindo aproximadamente 17 cm de comprimento.	unidade	Podar árvores e plantas	2	R\$ 46,06	R\$ 92,12
4	Enxada em aço, medindo aproximadamente 30 cm de largura e 17 cm de altura, com cabo em madeira medindo aproximadamente 1,5 metro. Peso total da enxada com cabo: aproximadamente 2 kg.	unidade	Preparar o solo, auxiliar a plantar, irrigar, podar e manter a limpeza de jardins e áreas verdes.	1	R\$ 61,39	R\$ 61,39
5	Pá de bico em aço, com cabo em madeira medindo aproximadamente 70 cm e empunhadura plástica ergonômica.	unidade	Preparar o solo, auxiliar a plantar, irrigar, podar e manter a limpeza de jardins e áreas verdes.	2	R\$ 63,63	R\$ 127,26



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

6	Mangueira reforçada de borracha (50m) pressão aproximada 300psi	unidade	Regar plantas, árvores, flores e gramas, para que recebam a quantidade adequada de água, com base no tipo de planta, estação do ano e condições climáticas.	1	R\$ 349,52	R\$ 349,52
7	Regador manual em plástico, com bico tipo ducha e capacidade para 10 litros.	unidade	Regar plantas, árvores, flores e gramas, para que recebam a quantidade adequada de água, com base no tipo de planta, estação do ano e condições climáticas.	2	R\$ 27,84	R\$ 55,68
8	Vassoura rastelo em aço (ciscador/ancinho), regulável, medindo aproximadamente 40 cm de comprimento X 40 cm de largura, com aproximadamente 22 dente e cabo em madeira.	unidade	Manter a limpeza, após cortes ou podas das plantas e gramas e remover folhas caídas e detritos.	2	R\$ 39,06	R\$ 78,12
TOTAL						R\$ 1.143,12
				Quantidade de postos que utilizará as ferramentas		1
				Valor unitário anual por profissional		R\$ 1.143,12



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO VIII
PLANILHA ESTIMATIVA DE EPIS

ANEXO VIII					
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	Óculos de proteção, com lentes transparentes e com proteção UV	Un.	1	R\$ 15,97	R\$ 15,97
2	Avental de segurança em raspa e sem emenda, com tiras no pescoço e na cintura também em raspa e presas por fivelas metálicas para ajuste, medindo aproximadamente 1,20 m X 0,60 m, na cor cinza.	Un.	1	R\$ 44,12	R\$ 44,12
3	Luvas em raspa de couro, cano curto.	Par	2	R\$ 14,46	R\$ 28,92
4	Botina de segurança, em couro, com elástico recoberto, solado em poliuretano bidensidade, com biqueira plástica e palmilha em EVA.	Par	1	R\$ 66,43	R\$ 66,43
5	Chapéu sombreiro com proteção nuca pescoço	Un.	2	R\$ 18,16	R\$ 36,32
6	Protetor solar fator mínimo de 50 Fps, com 200ml.	Un.	12	R\$ 38,85	R\$ 466,20
TOTAL					R\$ 657,96
APLICAÇÃO: Uso pelo profissional para evitar: cortes e perfurações causados pelo manuseio de ferramentas cortantes e galhos; impactos de objetos projetados (pedras, lascas de madeira, galhos) durante o uso de equipamentos motorizados, contato com substâncias químicas (agrotóxicos, fertilizantes) que podem causar irritações na pele ou problemas respiratórios; contato com animais peçonhentos, espinhos, alérgenos e exposição excessiva aos raios solares e calor; quedas e escorregões em terrenos irregulares ou molhados.					
Quantidade de postos que utilizará os EPI's					1
					R\$ 657,96



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO IX
PLANILHA ESTIMATIVA DE INSUMOS

ANEXO IX						
ESTIMATIVA DE CONSUMO DE INSUMOS PARA OS SERVIÇOS DE JARDINAGEM						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR ESTIMADO ANUAL
1	Grama esmeralda	M2	60	60 m2	R\$ 15,03	R\$ 901,80
2	Húmus de minhoca	Kg	1.250	1.250kg	R\$ 3,36	R\$ 4.200,00
3	Terra preta	Pacotes de 20kg	100	2.000kg	R\$ 21,50	R\$ 2.150,00
4	Fertilizante NPK (10:10:10)	Pacotes de 5kg	14	70kg	R\$ 43,60	R\$ 610,40
	TOTAL					R\$ 7.862,20
	Quantidade de postos que utilizará os insumos.					1
						R\$ 7.862,20



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO X
MODELO DE PROPOSTA

AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Senhor Agente de Contratação, tendo examinado minuciosamente as normas específicas do Pregão Eletrônico n.º ____/202__, cujo objeto é a **contratação de empresa para xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, nas dependências do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região**, conforme as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, e após tomar conhecimento de todas as condições lá estabelecidas, passamos a formular a seguinte proposta:

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA					
Resumo – Valor Fixo dos Postos de Serviços					
Tipo de serviço	Valor proposto por empregado	Qtde de postos	Valor proposto por posto	Qtde de Empregados por posto	Valor Fixo Mensal dos Serviços
VALOR FIXO MENSAL DOS SERVIÇOS					
VALOR ANUAL DOS POSTOS DE SERVIÇOS (VALOR MENSAL X 12)					
Rubricas Variáveis - Deslocamentos					
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DOS POSTOS DE SERVIÇOS INCLUINDO AS RUBRICAS VARIÁVEIS					

OBS 1: A licitante deverá apresentar, ainda, as seguintes planilhas ACOMPANHADAS DA PROPOSTA:

- a) Planilha de Custos e Formação de Preços em formato Excel;
- b) Planilha de Cálculo do Valor da Contratação em formato Excel;
- c) Memória de Cálculo em Excel

OBS 2. Os salários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços e o valor global proposto deverão conter no máximo 02 (duas) casas decimais.

Declaramos:

a) expressamente que estou plenamente ciente e de acordo com todas as condições estabelecidas no presente Edital e Seus anexos, bem com que no preço unitário ofertado estão inclusas as



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO XI

MODELO DE PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS (a ser anexado).

ANEXO XII

MODELO DE PLANILHA DE UNIFORMES (a ser anexado).

ANEXO XIII

MODELO DE PLANILHA DE EPIS (a ser anexado).

ANEXO XIV

MODELO DE PLANILHA DE FERRAMENTAS (a ser anexado).

ANEXO XV

MODELO DE PLANILHA DE INSUMOS (a ser anexado).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO XVI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato
Valor total dos Contratos*		R\$
Local e data _____ Assinatura e carimbo do emissor		

Observações:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

- A declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos formados não é superior ao Patrimônio líquido da licitante.
- Fórmula de Cálculo: (Valor total remanescente dos contratos) / valor do Patrimônio líquido x 12.
- O resultado deverá ser superior a 1 (um);
- Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na DRE – Demonstração do Resultado do Exercício e a declaração apresentada seja maior 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação a receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.
- Fórmula de cálculo:
$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{valor total dos contratos}) \times 100}{\text{Valor da Receita Bruta}}$$



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO XVII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE FORMALIZA AUTORIZAÇÃO PARA
RETENÇÃO DA GARANTIA.**

A _____ empresa

inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na _____

_____, por
intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____, para

fins do disposto no Edital, AUTORIZA a União, representada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, CNPJ nº 35.734.318/0001-80, situado na Av. da Paz, 2076, Centro, Maceió/AL, 57020-440, a reter, a qualquer tempo, a garantia contratual, desde que constatada alguma das hipóteses de retenção existentes no Termo de Referência, no Contrato assinado entre as partes e/ou nas demais Normas vigentes que regem as contratações junto à Administração Pública.

_____, _____ de _____ de _____.

(assinatura do representante legal)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO XVIII

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE FORMALIZA AUTORIZAÇÃO PARA
RETENÇÃO NA FATURA, DEPÓSITO DIRETO DO FGTS E PAGAMENTO DIRETO
DOS SALÁRIOS.**

A empresa _____
inscrita no CNPJ nº: _____ com sede na

_____,
por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____, para fins
do disposto no Edital, **AUTORIZA** a União, representada pelo Tribunal Regional do Trabalho
da 19ª Região, CNPJ nº 35.734.318/0001-80, situado na Av. da Paz, 2076, Centro, Maceió/AL,
57020-440, a realizar o desconto nas faturas, os pagamentos dos salários e demais verbas
trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do
FGTS, quando estes não forem adimplidos.

_____, _____ de _____ de _____.

(assinatura do representante legal)

OBS.: Esta autorização, com reconhecimento de firma, deverá ser apresentada previamente e
como condição para celebração do contrato.

* Os dados pessoais informados serão utilizados nos termos do art. 7, II da Lei 13.709/2018.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO XIX

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE FORMALIZA AUTORIZAÇÃO
SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE CONTA VINCULADA EM NOME DA
EMPRESA**

A _____ empresa
inscrita
no CNPJ nº: _____ com sede na _____

—,
por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)
_____, portador(a) da Carteira de Identidade nº
_____ e do CPF nº _____, para fins
do disposto no Edital, **AUTORIZA** a União, representada pelo Tribunal Regional do Trabalho
da 19ª Região, CNPJ nº 35.734.318/0001-80, situado na Av. da Paz, 2076, Centro, Maceió/AL,
57020-440, a solicitar junto a Instituição Bancária (Banco do Brasil, agência _____ - ____),
a **abertura de conta corrente vinculada, bloqueada para movimentação**, exceto quando
autorizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, em nome desta empresa, com a
finalidade de depositar mensalmente os valores correspondentes as provisões previstas na
Resolução CNJ Nº 651/2025.

_____, _____ de _____ de _____.

(assinatura do representante legal)

OBS.: Esta autorização, com reconhecimento de firma, deverá ser apresentada previamente e
como condição para celebração do contrato.

* Os dados pessoais informados serão utilizados nos termos do art. 7, II da Lei 13.709/2018.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO XX

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO NA FORMA DA
RESOLUÇÃO CNJ Nº 07/2005, ALTERADA PELA RESOLUÇÃO Nº 229/2016**

AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

Empresa _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). _____, portador(a) do CPF nº _____, DECLARA, para fins Resolução nº 07/2005 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que não possui sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau inclusive, de membros ou juízes vinculados, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento, vinculados ao TRT19ª.

Maceió, ____ de _____ de ____.

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa

***Os dados pessoais informados serão utilizados apenas para verificação da relação de parentesco exigida pela Resolução CNJ Nº 07/2005, observados os termos do art. 7, II da Lei 13.709/2018.**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO XXI

Modelo de Termo ou Declaração de Vistoria

ATESTADO DE VISITA AO LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Ref.: Pregão Eletrônico nº xxx/2024

Atestamos que o (a) Sr. (a) _____,
na _____ qualidade _____ de _____ profissional _____ indicado _____ pela
empresa _____,
CNPJ _____, _____ telefone
(____) _____, _____ compareceu _____ no
_____ e efetuou visita aos locais dos
postos onde serão prestados os serviços, conforme especificado em Edital.

_____, _____ de _____ de _____.

[Obs.: Caso a licitante opte por não realizar a vistoria ao local, deverá declarar que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este órgão, conforme subitem do edital.]

MODELO DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA;

Declaro, para fins de participação no PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/2024, que a empresa _____, CNPJ nº _____, tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo a responsabilidade sobre a ocorrência de eventuais prejuízos caso tenha exercido a opção de não vistoriar.

Maceió, _____ de _____ de _____.

Assinatura e carimbo do representante legal da empresa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO XXII

Endereços das unidades pertencentes ao Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região

Detalhamento das Unidades do Interior:	
Vara do Trabalho	Localização
FÓRUM PONTES DE MIRANDA e ANEXO I	Av. da Paz, 2076 Centro CEP: 57020-440
FÓRUM QUINTELLA CAVALCANTI	Avenida da Paz, 1994 - Centro - CEP 57020 440 - Maceió- A
CASA VERDE	Avenida da Paz, S/N- Centro - CEP 57020 440 - Maceió - Al.
ANEXO II (Setor de Saúde, Escola Judicial, CML e Almoxarifado)	Travessa Desembargador Arthur Jucá, 179, Centro - CEP 57.020-645 - Maceió - Al.
ANEXO III (Documentação, Arquivo e CMP)	Avenida da Paz, 1914- Centro - CEP 57020 440 - Maceió - Al
NOVA SEDE	Avenida da Paz, S/N- Centro - CEP 57020 440 - Maceió - Al
1ª Vara de Arapiraca	Av. Deputada Ceci Cunha, 1068 - Itapoa - CEP 57.314-105 - Arapiraca - Al
2ª Vara de Arapiraca	R. João Nunes Barbosa, 160 - Itapoa - CEP 57314-110 - Arapiraca - Al
Nova Vara de Arapiraca	Rua Samaritana, nº 847, Santa Edwiges, Arapiraca/AL, CEP 57310-245
Vara de Atalaia	Avenida Pedro Marcelino Barros, S/N - AL 410 - Bairro José Paulino - CEP - 57690-000 - Atalaia-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

	Al
Vara de Palmeira dos Índios	R. Deputado J. Duarte, S/N, Juca Sampaio, CEP: 57600-000 - Palmeira dos Índios - Al
Vara de Penedo	Av. Getúlio Vargas, 541- CEP: 57200-000 - Penedo – Al
Vara de Porto Calvo	Rod. AL 105 , s/n Km 100, Fazenda Breguede, Porto Calvo-AL, CEP: 57.900-000
Vara de São Luiz do Quitunde	Rodovia AL 413 S/N Pindoba CEP: 570920-000 - São Luiz do Quitunde
Varas de São Miguel dos Campos (1ª e 2ª)	Avenida Pedro Fernandes da Costa, s/n - Centro - São Miguel dos Campos - AL - CEP: 57240-000.
Vara de União dos Palmares	Rua José Terto Jacinto, 119 - COHAB Velha - CEP: 57800-000 - União do Palmares/AL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 19ª REGIÃO

ANEXO XXIII

Declaração de Conhecimento de todas as informações e condições para cumprimento do objeto da licitação

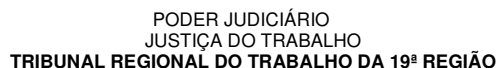
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DO OBJETO

Declaramos que conhecemos todas as condições locais e necessárias para a execução completa dos serviços, bem como identificamos todas as características, condições especiais e dificuldades que porventura possam existir sua execução, admitindo-se, conseqüentemente, como certo, o prévio e total conhecimento da situação.

Declaramos, ainda, que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da licitação para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora.

Local e data

**Assinatura e carimbo
(Representante Legal)**



Declaração de que possui ou instalará escritório em Maceió

(em papel timbrado da licitante)

XX
XX, que a empresa
_____, CNPJ _____, possui, na presente data
ou instalará no prazo máximo de 60 (sessenta) dias:

- () escritório na cidade de Maceió/AL, na condição de:
 () matriz
 () filial

Declaro ainda, manter a referida unidade em atividade durante toda a vigência do contrato em caso de adjudicação de nossa proposta.

(local e data da declaração)